

Veículo:Correio	
Data: 14/12/2020	



Governador anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

Calendário de pagamento será divulgado nesta terça-feira (14)

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

14.12.2020, 07:45:24

Atualizado: 14.12.2020, 07:52:40

Os motoristas vão pagar cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial. Na mesma publicação, será divulgado o calendário de pagamento.

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

Descontos

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071

Veículo: A Tarde Online
Data: 14/12/2020

A TARDE

IPVA pode reduzir até 5% em 2021, anuncia Rui Costa

Da Redação

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** na edição desta terça-feira, 15, do Diário Oficial do Estado (DOE). A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira, 14. Também será publicado no DOE o calendário de pagamento do imposto.

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%.

A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no site da Sefaz.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021.

Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site da Sefaz ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071.

Governo anuncia redução de até 5% no IPVA para os contribuintes baianos em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fonte: Da redação

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15/12) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14/12).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão

disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores

do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos. Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071.

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio,Arrecadação,IPVA

Governo do Estado anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do

imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Uma publicação compartilhada por **Rui Costa**
(@ruicostaoficial)

Isenção e imunidade

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de
Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria
de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ -
Secretaria da Fazenda - Manoel
Vitório, Arrecadação, IPVA

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de
empresas concessionárias de serviço público de
transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de
fabricação, veículos terrestres com motor de potência
inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de
potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas,
táxis de propriedade de motoristas profissionais
autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a
representações consulares, a funcionários de carreira
diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado
instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União,
dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos
partidos políticos, inclusive suas fundações, e das
entidades sindicais, instituições de educação ou
assistência social sem fins lucrativos e dos templos
religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através
do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da
Secretaria, pelo 0800 071 0071

Ver essa foto no Instagram



RUI COSTA ANUNCIA REDUÇÃO DE ATÉ 5% NO IPVA EM 2021

admin 14 Dezembro, 2020

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Foto: Reprodução/ Sefaz-RS

Veículo: bahia.ba	
Data: 14/12/2020	

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 14/12/2020 às 07h58.

Governador da Bahia anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

Os contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única

Redação



Foto: Sefaz-BA

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com

portaria que será divulgada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** na edição de terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto.

A redução mais significativa é de 5% para os automóveis, segundo anúncio feito nesta segunda-feira (14) pelo governador Rui Costa (PT). O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no [site](#) da Sefaz-Ba.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro.

Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas, além do site, pelo telefone 0800 071 0071.

Rui Costa anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A redução média é de 3,2%, tomando por base os cálculos da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe). Os contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%.

A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados - A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021.

Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Isenção e imunidade - Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071

Fonte: SECOM/BA

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, Arrecadação, IPVA

Veículo: BNews	
Data: 14/12/2020	



SERVIÇOS

Governador Rui Costa anuncia redução no IPVA



14 de Dezembro de 2020 às 07:28 Por: Divulgação CNI Por: Redação BNews

Os proprietários de automóveis vão ter uma redução de 5% no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em 2021, segundo informou o governador do Estado em uma rede social. O IPVA de outros veículos devem sofrer uma redução média de 3,2%.

Uma portaria será divulgada pela **secretaria da Fazenda (Sefaz)** na edição desta terça-feira, (15), do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto.

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 14/12/2020	



Segunda, 14 de Dezembro de 2020 - 09:00

Bahia anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

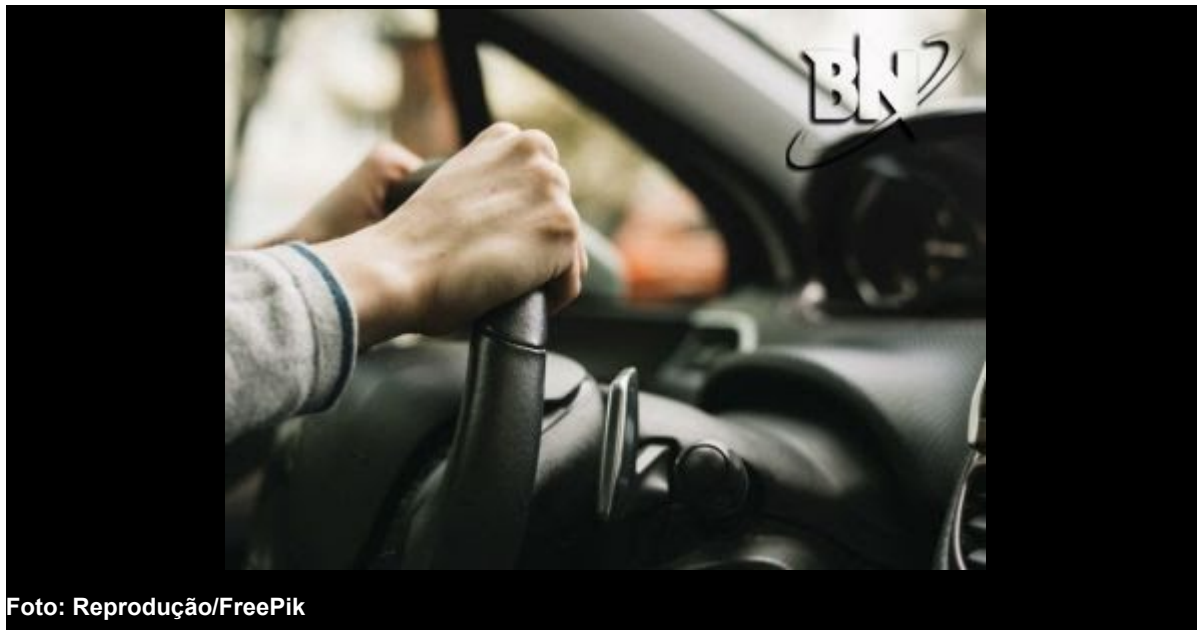


Foto: Reprodução/FreePik

O governo baiano anunciou uma redução média de 3,2% no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em 2021. A redução varia e acordo com o tipo de veículo. A previsão é de que a portaria que seja divulgada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e micro-ônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

Os valores fora definidos a partir de pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

A tabela que será divulgada na terça traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento

pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Governador Rui Costa anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do

imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, IPVA

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 14/12/2020	



IPVA na Bahia terá redução de até 5% em 2021

14 dezembro 2020



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser

divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal. O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Pagamento do IPVA para 2021 poderá ser efetuado de forma antecipada em cota única com desconto de 10% até o dia 10/02/2021

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Ibahia	
Data: 14/12/2020	



BAHIA

Governador Rui Costa anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

Os contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única

Redação iBahia (redacao@portalibahia.com.br)

14/12/2020 às 08h50

Os motoristas baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto.

A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no [site da Sefaz](#).

Descontos

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do **site** ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071

IPVA de 2021 vai ter redução de até 5%, anuncia Rui Costa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14/12).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do

imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio,Arrecadação,IPVA

Site Metro 1

Data: 14/12/2020



Bahia

Governador anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

Contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única

Foto : Fernando Vivas/GOVBA

Por Matheus Simoni no dia 14 de Dezembro de 2020 · 08:00

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O reajuste será possível com a portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição de amanhã (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã de hoje (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do

imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Veículo: Política Livre	
Data: 12 a 14/12/2020	Caderno: Economia



Rui Costa anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

BAHIA

A redução média é de 3,2%, tomando por base os cálculos da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe). Os contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única.

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O IPVA dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071.

Rui Costa anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), de acordo com portaria que será divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, juntamente com o calendário de pagamento do imposto. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

O **IPVA** dos utilitários registra queda de 4,7%, o dos ônibus e microônibus, de 2,7%, os caminhões irão pagar menos 1,8%, e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorino**, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Descontos em pagamentos antecipados

A tabela traz descontos para quem pagar o imposto antecipadamente. O prazo final para o pagamento do tributo com 10% de desconto, em cota única, é 10 de fevereiro. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Parcelar o imposto em três vezes, por fim, é outra opção para os proprietários de veículos, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do

imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ -
Secretaria da Fazenda - Manoel
Vitório, Arrecadação, IPVA

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas através do site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071

Ascom

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria

Veículo: Varela Notícias	
Data: 14/12/2020	



14/12/20 às 08h34 - Atualizado em 14/12/20 às 08h34

Governo do Estado anuncia redução de até 5% no IPVA em 2021

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais nesta manhã



Foto: Divulgação/Sefaz

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

De acordo com a portaria que será divulgada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado, os contribuintes baianos irão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa em publicação nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (14).

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio, é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Veículo: A Tarde
Data: 12/12/2020

A TARDE

tempopresente@grupoatarde.com.br

Fiscalização de preços

Na nova versão do Preço da Hora Bahia, os 367 mil usuários do aplicativo de pesquisa de preços contam com a possibilidade de, com apenas alguns cliques no celular, comunicar à Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) casos de estabelecimentos comerciais que se recusem a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, a exemplo de preços abusivos e discrepâncias entre o valor constante na nota e o efetivamente pago.

Além do botão “Informar problema”, a versão 1.2 do app traz outras novidades, como a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais. Além disso, de acordo com a Sefaz-BA, gestora do Preço da Hora Bahia, o aplicativo passou por algumas reformulações no leiaute para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

A nova versão está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter as novas funcionalidades. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Veículo: Blog do Sena	
Data: 12/12/2020	



App Preço da Hora Bahia permite denunciar estabelecimentos que não emitem nota fiscal



Uma atualização no aplicativo 'Preço da Hora Bahia' permite que o consumidor denuncie estabelecimentos que se recusem a emitir nota fiscal e ainda possuam preços abusivos e discrepância entre valor na nota e o que foi pago.

Segundo a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), além das denúncias, o consumidor pode utilizar o aplicativo para fazer pesquisas de preço em todos os produtos comercializados no estado. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos. O aplicativo já é utilizado por 367 mil baianos.

Outras novidades da nova versão são a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar os melhores preços dos produtos nas redes sociais Whatsapp, Facebook e Twitter.

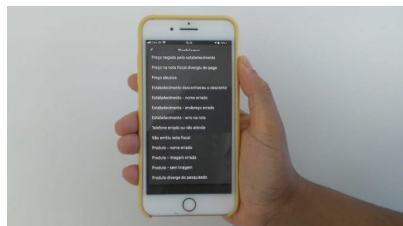
Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter as novas funcionalidades. Para quem ainda não tem, é só fazer o download para ter acesso à versão 1.2. O app está disponível na Apple Store e no Google Play, e a ferramenta também pode ser acessada pelo site.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 11/12/2020	



App Preço da Hora Bahia permite denunciar problemas ao fisco

11 dezembro 2020



Agora bastam alguns cliques no celular para comunicar à Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba) casos de estabelecimentos comerciais que se recusem a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, a exemplo de preços abusivos e discrepâncias entre o valor constante na nota e o efetivamente pago: o botão “Informar problema” é uma das novidades da versão 1.2 do aplicativo Preço da Hora Bahia, que acaba de ser lançada. A nova versão está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter as novas funcionalidades. Para quem ainda não tem, é só fazer o download para ter acesso à versão 1.2. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Outras novidades da versão 1.2 do app são a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais Whatsapp, Facebook e Twitter. Além disso, de acordo com a Sefaz-Ba, gestora do Preço da Hora, o aplicativo passou por algumas reformulações no leiaute para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

Com o aplicativo, que já conta com 367 mil usuários em toda a Bahia, o consumidor pode pesquisar os preços de todos os produtos comercializados no estado, a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos.

Utilizar a nova função e relatar problemas à Sefaz-Ba é muito simples. Após o usuário finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão “Informar problema”, que permite ao consumidor fazer uma denúncia diretamente para a Fazenda Estadual. É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui erros no endereço, no telefone ou no nome de determinado estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo “Outros” e digitar o problema encontrado.

“O Preço da Hora Bahia passa a ser um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele poderá agora, com poucos cliques, reportar um problema no uso do aplicativo ou uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal por um estabelecimento”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

Mais novidades

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que

varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês. Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que facilita a visualização, pelo usuário, de esclarecimento sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. “Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Mega Radiovca	
Data: 12/12/2020	



App Preço da Hora Bahia permite denunciar estabelecimentos que não emitem nota fiscal



Uma atualização no aplicativo 'Preço da Hora Bahia' permite que o consumidor denuncie estabelecimentos que se recusem a emitir nota fiscal e ainda possuam preços abusivos e discrepância entre valor na nota e o que foi pago.

Segundo a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), além das denúncias, o consumidor pode utilizar o aplicativo para fazer pesquisas de preço em todos os produtos comercializados no estado. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos. O aplicativo já é utilizado por 367 mil baianos.

Outras novidades da nova versão são a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar os melhores preços dos produtos nas redes sociais Whatsapp, Facebook e Twitter.

Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter as novas funcionalidades. Para quem ainda não tem, é só fazer o download para ter acesso à versão 1.2. O app está disponível na Apple Store e no Google Play, e a ferramenta também pode ser acessada pelo site.

Veículo: Resenha Geral	
Data: 12/12/2020	



App Preço da Hora Bahia permite denunciar estabelecimentos que não emitem nota fiscal



Uma atualização no aplicativo 'Preço da Hora Bahia' permite que o consumidor denuncie estabelecimentos que se recusem a emitir nota fiscal e ainda possua preços abusivos e discrepância entre valor na nota e o que foi pago.

Segundo a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), além das denúncias, o consumidor pode utilizar o aplicativo para fazer pesquisas de preço em todos os produtos comercializados no estado. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos. O aplicativo já é utilizado por 367 mil baianos.

Outras novidades da nova versão são a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar os melhores preços dos produtos nas redes sociais Whatsapp, Facebook e Twitter.

Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter as novas funcionalidades. Para quem ainda não tem, é só fazer o download para ter acesso à versão 1.2. O app está disponível na Apple Store e no Google Play, e a ferramenta também pode ser acessada pelo site.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Saúde
Data: 14/12/2020	



Governo do Estado abre 20 novos leitos de UTI Covid-19 no Hospital Espanhol nesta segunda-feira

14 dezembro 2020



A partir desta segunda-feira (14), o Governo do Estado abre 20 novos leitos de UTI no Hospital Espanhol, que é uma unidade exclusiva para o atendimento a pacientes com diagnóstico de coronavírus (Covid-19). A informação é do secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, que visitou a unidade nesta manhã.

“Na última sexta-feira abrimos 20 leitos de Terapia Intensiva e hoje abriremos mais 20. Serão, no total, 80 novos leitos de UTI. Assim, o hospital alcançará 240 leitos, sendo 80 clínicos e 160 de UTI”, afirma Vilas-Boas.

Em funcionamento desde abril, o Hospital Espanhol também possui salas de cirurgia, refeitório e túnel de desinfecção. A unidade atende pacientes exclusivamente encaminhados pela Central Estadual de Regulação, o que significa que não realiza atendimentos por demanda espontânea.

Novos leitos

Com os novos leitos de hoje, o Governo do Estado alcança 100 leitos de UTI reabertos nos últimos 15 dias, do total de 170 previstos. Foram abertos leitos no Instituto Couto Maia e Hospital Espanhol, em Salvador, além leitos de Terapia Intensiva nos municípios de Vitória da Conquista, Juazeiro e Feira de Santana. A expectativa é que novos leitos sejam abertos no decorrer da semana em Porto Seguro e na capital baiana.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Saúde
Data: 11/12/2020	



Governo do Estado abre 10 novos leitos de UTI Covid-19 em Vitória da Conquista

11 dezembro 2020



Foto: Sesab

Com o aumento do número de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus na região Sudoeste, o Governo do Estado abriu nesta sexta-feira (11), dez novos leitos de UTI Covid-19 no Hospital Geral de Vitória da Conquista. Agora a região conta com 156 leitos ativos, sendo 70 de Terapia Intensiva e 86 clínicos.

De acordo com o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, “há um esforço de regionalização e descentralização da assistência observado em toda a Bahia, evitando a transferências de pacientes entre regiões. Com estes novos leitos, reduzimos a taxa de ocupação das UTIs Covid-19, estando agora em 73%”, afirma o secretário.

A subsecretária da Saúde, Tereza Paim, alerta que as duas próximas semanas serão fundamentais para conter o avanço da Covid-19 na região. “Se faz necessário um esforço adicional da população, pois esta é uma doença que já matou mais de 8.500 baianos e precisamos conter o avanço do vírus com hábitos que aprendemos ao longo da pandemia, como usar máscara, manter o distanciamento social e lavar as mãos frequentemente”, ressalta a subsecretária, ao lembrar que isto se faz necessário para evitar medidas ainda mais restritivas, como já ocorre em outras cidades.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Economia
Data: 11/12/2020	



Safra de 10 milhões de toneladas de grãos é a maior da série histórica para a Bahia

11 dezembro 2020



O décimo primeiro Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), relativo a novembro, revisou a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas para 10 milhões de toneladas em 2020, o que representa uma expansão de 21,5% na comparação com 2019 – o melhor resultado da série histórica da pesquisa. O LSPA, divulgado nesta sexta-feira (11), é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizado e analisado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. As áreas plantada e colhida ficaram projetadas em 3,1 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma ligeira retração de 0,4% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média dos grãos estimada é de 3,2 toneladas por hectare, cerca de 21,9% superior à do ano passado.

“Este é um resultado animador, ainda mais se tratando de um ano em que enfrentamos esta terrível pandemia do coronavírus, com este setor contribuindo para o abastecimento das famílias e para o aquecimento da nossa economia. Portanto é a maior expansão da nossa produção agrícola desde o início da série histórica do IBGE, o que notadamente comprova a eficiência das políticas públicas do Governo do Estado de estímulo à produção agrícola”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

A soja ficou estimada em cerca 6,1 milhões de toneladas, a segunda maior da série histórica do levantamento – inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de ton.). Com isso, houve expansão de 14,3% em relação ao volume produzido em 2019, com área colhida de 1,6 milhão de ha (2,6% acima da safra anterior) e rendimento médio de 3,8 ton./ha (11,5% maior que 2019).

A safra de milho foi revisada mais uma vez, projetada em 2,6 milhões de ton., alta de 49,3% em relação a 2019, em 624 mil ha plantados. A primeira safra do cereal foi responsável por 1,8 milhão de ton. (31,8% acima de 2019) em 363,5 mil ha. Por sua vez, a estimativa da segunda safra foi ampliada de 650 mil para 800 mil ton. com expressiva alta interanual (135,5%) em 260 mil hectares colhidos.

A produção de algodão (caroço e pluma) ficou mantida em torno de 1,48 milhão de ton., um patamar próximo ao da safra anterior (1,5 milhão de ton.). A área colhida de 315 mil ha teve recuo de 5,1% na mesma base de comparação.

A produção total de feijão ficou mantida em 290 mil ton., mesmo patamar de 2019. A área colhida totalizou 424 mil ha (8,8% inferior a 2019). A primeira safra de 135,9 mil ton. teve recuo de 21,4% em relação ao ano anterior. A contribuição da segunda safra foi mantida em 154,2 mil ton., alta de 31,1% na comparação anual.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE manteve projeção de 5,1 milhões de ton., alta de 22,4% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou mantida em 118 mil ton., alta de 12,4% na comparação com 2019.

A produção total de café ficou estimada em 246 mil ton. este ano, um crescimento de 36,3% na comparação anual. A safra do tipo arábica ficou projetada em 120,5 mil ton., variação anual de 66,4%; e a do canéfora, em 125,5 mil ton., correspondendo a uma expansão de 16,1% na comparação com 2019. Por sua vez, as lavouras de banana, laranja e uva mantiveram, respectivamente, recuo de 18,3%, 0,7% e 38,8% em relação à safra anterior.

As projeções ainda indicam uma produção de 963 mil ton. de mandioca, mantendo-se estável em relação à safra anterior. A previsão para cebola é de alta de 3,9% em relação à colheita anterior, totalizando 302,4 mil toneladas. A estimativa para o tomate, no entanto, ficou em 241,2 mil ton., que corresponde a uma retração de 12,5% sobre a safra 2019.

Fonte: Ascom/ SEI

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● É o que todos nós queremos. Planejamento e ações rápidas para vencer esta guerra. Perder tempo significa perder mais vidas humanas. Precisamos da vacina!

Rui Costa

Governador do estado, ao comentar no Twitter a decisão do Supremo que dá 48 horas para o Ministério da Saúde esclarecer datas do plano de imunização contra a covid

Mordomia vetada

Um dia após a Justiça Federal determinar o afastamento dos cinco desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho na Bahia investigados pela Operação Injusta Causa por suspeita de venda de sentenças, a presidente do TRT5, Dalila Andrade, cortou todas as regalias destinadas aos magistrados enquanto durar a decisão judicial. Desde sábado, Maria Adna Aguiar do Nascimento, que já presidiu a Corte, Noberto Frerichs, Esequias Pereira de Oliveira, Maria das Graças Oliva Boness e Washington Gutemberg Pires Ribeiro estão impedidos de usar veículos oficiais do tribunal e terão que devolver, até depois de amanhã, certificados digitais, celulares, computadores e notebooks de propriedade do TRT5.

TRANCA GERAL

Os alvos da Injusta Causa ficarão ainda sem receber a chamada Gratificação por Exercício Cumulação de Jurisdição, paga por atuação em diferentes juízos, e não poderão ter acesso a todos os sistemas eletrônicos e à rede de computadores do tribunal.

Efeito dominó

No última sexta-feira, o juiz titular da 10ª Vara Federal Cível do estado, Evandro Reimão dos Reis, afastou por 180 dias os desembargadores a pedido do Ministério Público Federal da Bahia, feito em uma ação de improbidade administrativa movida no rastro da Injusta Causa. Antes, os cinco chegaram a ficar afastados do cargo por aproximadamente oito meses. Em 22 de maio deste ano, o ministro do Supremo Marco Aurélio Mello concedeu liminar que garantiu o retorno de Pires Ribeiro ao TRT5. Cinco dias depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estendeu o direito aos outros quatro magistrados, por meio de uma decisão do conselheiro Marcos Vinícius Jardim Rodrigues.

Para lembrar

O novo afastamento ocorre um ano e três meses após a Polícia Federal deflagrar a operação contra um suposto esquema de corrupção e tráfico de influência na mais alta corte trabalhista do estado. Em 11 de setembro do ano passado, a PF cumpriu 11 mandados de busca e apreensão em gabinetes do TRT5, escritórios de advogados baianos suspeitos de integrar o esquema de venda de sentenças em ações trabalhistas de alto valor e em endereços de investigados pela Injusta Causa.

De lá pra cá

Prestes a deixar o comando de Mata de São João, o prefeito da cidade da Região Metropolitana, Marcelo Oliveira (PSDB), é tido como nome certo para chefiar a Secretaria de Educação de Salvador a partir de 1º de janeiro. A indicação foi feita ao prefeito eleito Bruno Reis (DEM) pelo padrinho político de Oliveira, o ex-deputado tucano João Gualberto, que vai assumir a prefeitura de Mata pela terceira vez.

Bem na fita

A cúpula do Sebrae em Brasília considerou o sucesso do Conversa Preta – que conquistou o 7º Prêmio Globo na categoria Melhor Programa Regional de Afiliadas – um golaço do superintendente do órgão na Bahia, Jorge Khoury. Desde o início, Khoury defendeu o patrocínio do Sebrae ao projeto da TV Bahia, como parte da meta de valorizar o empreendedorismo inclusivo.

Das agênciasREPORTAGEM
redacao@correi24horas.com.br

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas ontem para que o Ministério da Saúde informe as datas de início e término do plano nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid-19, inclusive de suas fases de implantação. O Ministério da Saúde informou que ainda aguarda pela notificação para responder à determinação no tempo solicitado.

O plano de imunização foi entregue ao STF na sexta (11) e divulgado no último sábado (12). O documento prevê a disponibilização de 108,3 milhões de doses para mais de 51 milhões de pessoas de grupos prioritários, divididos em quatro fases. O plano, entretanto, não apresenta uma data para o início da vacinação dos integrantes desses grupos, que incluem profissionais de saúde e idosos, entre outros.

No despacho, o ministro determina a intimação do ministro da Saúde e do advogado-geral da União.

Uma nota técnica, que acompanha o plano encaminhado ao Supremo, diz que a previsão é vacinar esses grupos prioritários ao longo do primeiro semestre de 2021.

Em nota divulgada ontem, antes da decisão do ministro, o Ministério da Saúde afirmou que "apresentar uma data, especificar um imunobiológico e apresentar informações sem a devida identificação de uma vacina aprovada pela Anvisa, não condiz com as práticas de segurança e eficiência do Programa Nacional de Imunizações da pasta, que não trabalha com fulcro em especulações desprovidas de confirmações técnicas e científicas".

A pasta também informou que deve apresentar e detalhar o plano à população na próxima quarta-feira (16) e que o documento ainda pode sofrer modificações durante o seu processo de implementação. Antes, a data prevista para a apresentação à sociedade era quinta-feira (17).

Após a entrega do plano, o ministro Ricardo Lewandowski pediu o adiamento das ações que tratam do tema no STF, e o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, retirou os casos da pauta.

CONTESTAÇÕES

O documento enviado ao STF, pela Advocacia-Geral da União, tem o título de Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, assinado pelo Ministério da Saúde. O material tem a data do dia 10 de dezembro e foi anexado às ações que tramitam no STF sobre o tema. O plano é dividido em 10 eixos, entre os quais vacinas, o orçamento para viabi-

Como que em um plano nacional de imunização uma vacina que está sendo testada no Brasil não foi sequer citada Roberto Medronho

Professor titular de Epidemiologia da UFRJ

Têm pessoas que trabalham a semana inteira e elas que estão morrendo muito Paulo Lotufo

Professor da faculdade de medicina da USP, próximo a inclusão de motoristas, profissionais e seguradoras no plano

O plano é bem-vindo, mas ele precisa se materializar numa coordenação centralizada Margareth Dalcolmo

Pneumologista, professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)



O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, recebeu um prazo de 48 horas para detalhar planos sobre a vacina

Planos para as vacinas devem ser delatados, avisa o STF

Imunização
Ministro da Saúde terá 48 horas para apresentar um cronograma nacional

lizar a vacinação e comunicação. Apesar do documento, ainda não há vacina liberada pela Agência Nacional de Vigilância (Anvisa) no país.

Um grupo de 36 pesquisadores divulgou no sábado uma nota conjunta em que diz não ter sido consultado sobre o plano, mas são listados como colaboradores. Os pesquisadores dizem que o material não foi apresentado previamente e não obteve a anuência deles.

Ontem, o Ministério da Saúde divulgou nota na qual afirma que os pesquisadores que tiveram os nomes citados no plano foram convidados a participar, mas "sem poder de decisão na formalização do plano".

Uma das principais críticas feitas por especialistas foi sobre a ausência da vacina CoronaVac, desenvolvida pela chinesa Sinovac em parceria

com o Instituto Butantan.

"Como que em um plano nacional de imunização uma vacina que está sendo testada no Brasil não foi sequer citada como uma das possibilidades?", questionou Roberto Medronho, professor titular de Epidemiologia da UFRJ.

A ausência de grupos prioritários, como a população carcerária, de ribeirinhos e quilombolas também foi duramente criticada.

Na visão de Margareth Dalcolmo, pneumologista, professora e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o plano precisa se materializar. "O plano é bem-vindo, mas ele precisa se materializar numa coordenação centralizada", acredita. Para ela, só será possível estabelecer datas após a aprovação das vacinas contra a covid-19.

União não pode confiscar bens dos estados

Antes de sua aposentadoria em outubro, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu uma decisão que pode ser usada como precedente caso o embate sobre o confisco, pelo governo federal, das vacinas contra a covid-19 obtidas pelos estados seja intensificado. A "requisição" de imunizantes foi citada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), após um encontro com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

A controvérsia já foi enfrentada pelo Supremo em abril deste ano, quando o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), acionou a Corte pedindo o desbloqueio de ventiladores pulmonares comprados pelo Estado. O entendimento foi de que a requisição só poderia se dar em relação a bens particulares e não de outros entes da Federação.

O tema voltou a repercutir depois que o governo Jair Bolsonaro anunciou uma Medida Provisória para abrir crédito de R\$ 20 bilhões para compra de vacinas contra o novo coronavírus. Com a medida, começou a circular o discurso de Caiado de que o Ministério da Saúde pretende comprar e distribuir todas as vacinas disponíveis do país.

O QUE JÁ SE SABE SOBRE O PLANO DE VACINAÇÃO

Início Não há uma data específica, mas haverá vacinação de grupos prioritários no primeiro semestre de 2021

Prioridade As primeiras pessoas a serem vacinadas serão as mais vulneráveis ou mais expostas à doença. Primeiro, serão os profissionais de saúde, pessoas acima dos 75 anos, moradores de asilos e a população indígena

Quantas pessoas O governo pretende imunizar 51 milhões de pessoas na primeira fase do processo

Total de doses O governo estima que inicialmente o país contará com 300 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 ao longo de 2021

Logística Segundo o Ministério da Saúde, a logística é feita por uma empresa terceirizada, a partir das cidades de São Paulo, Brasília, Recife e Rio de Janeiro.

MIRIAM LEITÃO


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A FALTA DE PREVISIBILIDADE DE VACINAÇÃO AFETARÁ AS DECISÕES DE INVESTIMENTO

Sem vacina, sobe o risco na economia

O principal risco para a economia no ano que vem é a continuação da pandemia e por isso chama a atenção a apatia do ministro Paulo Guedes sobre a incapacidade de o Brasil implementar um amplo e rápido programa de vacinação. Entre empresários e investidores, não se fala de outra coisa. Os países que ficarem por último na vacinação ficarão por último também na recuperação econômica. O Ministério da Economia deveria estar atuando em conjunto com a Saúde para fechar acordos com os principais laboratórios do mundo, de forma pragmática e sem interferências políticas ou ideológicas. A

falta de previsibilidade de vacinação afetará as decisões de investimento e de criação de emprego.

O economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, sintetizou o sentimento do mercado esta semana: "Há uma convergência de risco, que é covid. Risco para o fiscal, para a nossa saúde, para a vida econômica do país. O mercado vai ficar muito sensível ao noticiário sobre vacinas", disse, em conversa com jornalistas. O banco diz que o PIB voltará a cair no primeiro trimestre caso a média de óbitos passe de 600 por dia. No pior cenário, caso retorne a mil mortes diárias, a contração poderia

chegar a 3,9% em relação ao quarto trimestre.

— Mesmo que não tenha vacina para todo mundo, se começar pelos grupos de maior vulnerabilidade, é provável que a mortalidade caia mais rapidamente até do que o número total de casos. Antes de atingir a imunidade de rebanho já teremos uma queda da mortalidade, se a gente for disciplinado nessa alocação da vacina — explicou.

Monica De Bolle é economista, mas tem aprofundado seus estudos na área de saúde. Ela alerta que o Brasil não pode apostar em um único laboratório. É preciso diversificar. As vacinas são diferentes em termos

de custo, transporte, armazenagem, têm graus de proteção e efeitos colaterais diversos, e cada uma pode servir a um grupo etário específico e a uma região do país.

Não haverá vacinas para todos os brasileiros em um primeiro momento, por isso é preciso planejamento e estratégia, tudo que o ministério da Saúde não tem demonstrado. É espantoso que o Ministério da Economia apenas ontem tenha falado que não se interesse pelo tema e deixe que a ala ideológica do governo influencie o presidente Jair Bolsonaro.

A postura de Paulo Guedes, no entanto, não chega a surpreender. Em março, quando o vírus já corria solto pelo mundo e provocava mortes de brasileiros, o ministro afirmou em audiência no Congresso que aniquilaria o Coronavírus com R\$ 5 bilhões e que a economia tinha "impulsão suficiente" para superar o problema. Continua errado em sua análise da conjuntura.

RECUPERAÇÃO DESIGUAL

Indústria, comércio e serviços cresceram em outubro, como mostrou o IBGE esta semana. Mas o ritmo de recuperação tem sido diferente entre os se-

tores, porque há uma mudança na cesta de consumo das famílias. Dados mostram como o comércio já superou o nível pré-crise, enquanto os serviços ficaram bem para trás, abrindo a chamada "boca de jacaré". Na prática, é como se o comércio e a indústria estivessem "roubando" o crescimento dos serviços, porque as famílias têm gastado mais com bens, em função das medidas de isolamento social.

TUDO PARADO

O anúncio do senador Márcio Bittar de que desistiu de encaminhar a PEC Emergencial este mês mostra que o ano termina como começou: com o governo batendo cabeça na articulação política. Na quinta-feira, o Senado alterou a Lei do Gás, que voltará para a Câmara, e ninguém espera que o projeto seja votado antes da eleição do novo presidente da Casa. "A pauta agora só desata quando resolver as presidências do Congresso e ter o novo perfil de ministério do governo", aposta o economista-chefe da Acrefi, Nicolas Tingas.

POR ALVARO GRIBEL. TITULAR DA COLUNA, MIRIAM LEITÃO ESTÁ DE FÉRIAS.

Dona da Fiat lança plano de carros por assinatura

NOVO NEGÓCIO A Fiat Chrysler Automobiles (FCA) anunciou nessa sexta-feira, 11/12, que terá, a partir do mês que vem, um plano de assinaturas no qual os clientes poderão alugar carros das marcas do grupo - Fiat e Jeep - por prazos de 12, 24 e 36 meses. O projeto-piloto do serviço começa no dia 15 de janeiro em 32 concessionárias de São Paulo e Paraná - 28 em seis cidades de São Paulo e quatro em Curitiba -, onde o consumidor poderá contratar o serviço e retirar o veículo.

A contratação também poderá ser feita pelo aplicativo ou site do plano de assinatura, que dará ao assinante a possibilidade de escolher a cor e opcionais do automóvel.

Para atender à demanda, a FCA criou uma nova empresa, a Flua!, que vai administrar o novo negócio.

Temos grandes expectativas em relação ao potencial e volumes, mas vamos esperar o piloto para fazer uma projeção mais assertiva
Fábio Siracusa
gestor da Flua!

O plano envolverá apenas assinaturas de carros zero-quilômetro das marcas, sendo que no fim do contrato o cliente terá a prioridade de compra do veículo. Se a prioridade não for exercida, o carro será vendido às concessionárias da rede para posterior revenda no mercado de usados.

Durante a apresentação do projeto à imprensa, Fábio Siracusa, gestor da Flua!, disse que a intenção é ampliar o serviço às demais praças do País.

Ele não abriu, contudo, as expectativas da empresa para o novo negócio. "Temos grandes expectativas em relação ao potencial e volumes, mas vamos esperar o piloto para fazer uma projeção mais assertiva", comentou o gestor.

O projeto-piloto terá duração de seis meses. O preço dos planos, que inclui seguro, manutenção preventiva, assistência 24 horas e a do-

cumentação do automóvel, só será divulgado no lançamento do serviço.

Siracusa ainda garantiu nesta sexta-feira que os valores serão competitivos com os praticados por locadoras e montadoras que já oferecem a solução, como a Volkswagen, ou por empresas de locação de veículos, como a Unidas e a Localiza.

Entre os modelos ofertados para os planos de assinaturas estão previstos o Argo (Drive 1.0 e Trekking 1.3); Nova Strada (Freedom 1.3, Endurance 1.3, Volcano 1.3); Toro (Freedom 1.8 e Ultra 2.0); Cronos (Drive 1.3 e Precision 1.8); Grand Siena (Attractive); Doblô (Essence 1.8); Fiorino (Hard Working 1.4) e Ducato (Maxicargo). Os Jeep Renegade (Longitude) e Compass (Longitude, Limited Diesel e Trailhawk Diesel). A lista de veículos é considerada maior que a oferecida pelo plano da Volkswagen.

'Uber do ônibus' tem legalidade de operação confirmada

VIAGENS FRETADAS O aplicativo Buser, conhecido como o "Uber dos ônibus", venceu uma batalha jurídica contra Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo e teve a legalidade de sua operação confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Buser é uma plataforma digital de intermediação de

viagens rodoviárias entre municípios e estados por ônibus de fretamento. O sindicato alegava que o aplicativo pratica "transporte clandestino", sem possuir autorização do poder público para atuar.

Ainda na ação, o sindicato reclamou de concorrência desleal, afirmando que o Buser capta ilegalmente passageiros que anterior-

mente utilizavam o transporte regular.

O aplicativo se defendeu afirmando que sua atuação consiste em conectar pessoas que querem fazer uma viagem, formando grupos e possibilitando a contratação de um serviço de fretamento. "A Buser não transporta passageiros, não possui nenhum ônibus e não oferece passagens", declarou.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,061	R\$ 5,091
Dólar Turismo	R\$ 5,061	R\$ 5,217
Euro turismo	R\$ 6,125	R\$ 6,138

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	95.08.000	0%

POUPANÇA

12/1/2020	0,769%
-----------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.043,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,99%	1,7%	4,3%
INPC/IBGE	0,98%	1,0%	5,2%
ISP-M/FGV	1,2%	2,0%	24,5%

PERDAS

1,3BI

de reais é o total de perdas das prefeituras de todo o Brasil na arrecadação do royalties de petróleo. Uma queda de 10% no período de 12 meses encerrado em agosto no comparativo com os 12 meses anteriores. As perdas se devem à queda dos preços do óleo e à retração do consumo de combustíveis provocada pela pandemia.

24H ECONOMIA

MARCO LEGAL Em sessão remota nesta quinta-feira (10), o plenário do Senado aprovou o projeto que estabelece a nova Lei de Licitações. Relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSD-MG), o texto cria um novo marco legal para substituir a Lei das Licitações (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC - Lei 12.462/11), além de agregar temas relacionados. O texto, agora, vai à sanção do presidente da República.

O projeto moderniza as regras, cria modalidades de contratação, tipifica crimes relacionados a licitações, com penas de até oito anos, exige seguro-garantia e disciplina itens do assunto em relação às três esferas de governo: União, estados e municípios. Além disso, para garantir transparência, o projeto aprovado no Senado determina a publicação obrigatória de extrato do edital no Diário Oficial - seja da União, do estado ou do município -, assim como em jornal diário de grande circulação (ver box).

Para o professor de Direito Processual e advogado da Associação das Agências de Publicidade Legal (Alegal), Bruno Camargo Silva, esse dispositivo garante acesso

Nova lei garante mais transparência a licitações públicas

PRINCIPAIS MUDANÇAS

● TRANSPARÊNCIA:

É obrigatória a publicação do extrato do edital em diários oficiais e em jornais diários de grande circulação

● MODALIDADES

As licitações podem ser por concorrência, concurso, leilão, pregão e na nova modalidade de diálogo competitivo

● BANCO DE DADOS

Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

● SEGURO-GARANTIA

A contratação da licitação poderá exigir prestação de garantia como caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

● CRIMES

O Código Penal ganha um capítulo específico para os crimes relacionados a licitações, com penas de até oito anos.

irrestrito da população à informação. "Ao colocar essas informações somente na internet, você tá minando essa informação porque uma grande parcela da população não tem acesso à internet. A exclusão digital, ficou ainda mais escancarada durante a pandemia", destacou.

O advogado lembrou que, além de não poder fiscalizar o uso do dinheiro público, uma parcela significativa da população também estaria afastada da possibilidade de concorrer por falta de acesso à informação. "Isso seria um grande prejuízo", avaliou.

O senador Antonio Anastasia falou que a nova lei dará "transparência cristalina e translúcida" a todas as aquisições. O senador Cid Gomes (PDT-CE), que apresentou requerimento para manutenção da publicação em jornais impressos de grande circulação, falou que "a democracia exige transparência e publicidade". Na avaliação do senador Eduardo Braga (MDB-AM), a aprovação do texto ajudará o



ARQUIVO PESSOAL

●● Ao colocar essas informações somente na internet, você tá minando essa informação porque uma grande parcela da população não tem acesso à internet

Bruno Camargo Silva

professor de Direito Processual e advogado da Associação das Agências de Publicidade Legal (Alegal), defendendo necessidade de publicação obrigatória de extrato do edital de licitação em jornal diário de grande circulação

●● A publicidade em jornal impresso é a única ferramenta que traz transparência à população e obtivemos sucesso nessa empreitada, até o momento

Larissa Leal,

publicitária que acompanhou tramitação do projeto, segundo ela, 150 mil trabalhadores dependem do setor de jornais impressos

Brasil no momento em que o país precisa de investimentos públicos, transparência e eficiência na contratação pública.

Larissa Leal, diretora da Axégaroa Publicidade, participa de um grupo formado por agências de publicidade e jornais de diversas regiões do país que esteve ao lado da Alegal para conseguir mobilizar parlamentares e a sociedade com o objetivo de garantir a publicação nos jornais diários. Segundo ela, o grupo está lutando "por uma categoria com mais de 150 mil pessoas, que dependem diretamente de publicações em jornais impressos. A publicidade em jornal impresso é a única ferramenta que traz transparência à população e obtivemos sucesso nessa empreitada, até o momento".

Outro fator importante, destacado pelo advogado da Alegal, Bruno Camargo Silva, é a segurança. Lembrando os recentes casos em que hackers invadiram sites de órgãos públicos, Bruno ponderou que a exclusividade da informação na internet abriria margem para a corrupção. "Seria uma tremenda irresponsabilidade colocar todos os processos licitatórios a nível de Brasil em apenas um portal da internet", disse.

Veículo:Correio

Data: 12 e 13/12/2020

Correio

O QUE A BAHIA QUER SABER

Inflação para os pobres é mais que o dobro que para os ricos

DOZE MESES A inflação de alimentos seguiu pesando mais sobre os mais pobres em novembro, segundo o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado nesta sexta-feira, 11, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em novembro, enquanto a taxa das famílias mais pobres apontou alta de 1,0%, a faixa de renda mais alta registrou avanço de 0,63%.

No acumulado em 12 meses até novembro, as taxas foram de 5,80% e 2,69%, respectivamente. Ou seja o custo de vida para os mais pobres subiu mais que o dobro do que para os mais ricos. Em 2020, o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda para as famílias muito pobres acumula alta de 4,56%. Para os mais ricos, a alta é de apenas de 1,68%.

O IPCA, índice de preços calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado nas metas de inflação perseguidas pelo Banco Central (BC), acumula alta de 4,31% em 12 meses até novembro.

"Em novembro, 75% da inflação do segmento mais pobre da população veio da alta do grupo alimentação e bebidas", diz nota explicativa da pesquisa.

No acumulado entre dezembro de 2019 e novembro de 2020, alta do custo de vida para os mais pobres é de 5,8%. Já para a faixa de renda mais alta, a inflação foi de 2,69%

GUEDES DIZ QUE FIM DO AUXÍLIO FARÁ PREÇOS BAIXAREM

AUDIÊNCIA Após defender o cumprimento do teto de gastos em 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, em audiência virtual do Congresso nesta sexta-feira, 11, que o governo tem instrumentos para atenuar o fim do auxílio emergencial em 2021.

"Não descartamos usar ferramentas dentro do teto (a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação). Temos a capacidade de antecipar benefícios, diferir arrecadação de impostos (adiar o pagamento dos tributos). Já fizemos isso neste ano", disse.

Na mesma audiência, Guedes disse que o fim do auxílio vai ajudar no controle da inflação, e também citou a aprovação do projeto de lei que concede autonomia ao Banco Central (BC) como fator que reduzirá as pressões sobre os índices de preços.

"Nós achamos que esse aumento de inflação vai se dissipar. Primeiro, porque o presidente da Câmara [dos Deputados, Rodrigo Maia] vai aprovar o Banco Central independente. E, segundo, porque a própria suavização do auxílio emergencial, na medida em que ele desce e recai no Bolsa Família. Essa explosão de preços de construção civil, de alimentos, se acalma um pouco", declarou o ministro.

SETOR DE SERVIÇOS REGISTRA A 5ª ALTA SEGUIDA

IBGE Além do varejo e da indústria, o setor de serviços também teve desempenho positivo em outubro. O volume de serviços prestados no País subiu 1,7% em relação a setembro, a quinta taxa positiva consecutiva, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços divulgada ontem pelo IBGE. Nos cinco meses de avanços, o segmento acumulou um ganho de 15,8%, mas ainda precisa crescer 6,5% para voltar ao nível de fevereiro, no pré-pandemia. Para o economista Helcio Takeda, da consultoria Pezco Economics, a recuperação do setor vai depender de uma solução para a covid-19

que crie condições para a volta do consumo de atividades de lazer. Os serviços permanecem crescendo, mas a taxas cada vez mais baixas. "É nítida a perda de fôlego da atividade de serviços", disse Takeda. "E essa velocidade, ou ausência dela, tem a ver com a falta de confiança em retomar a rotina diante da pandemia", completou.

Edital em 6 meses POLÍCIA FEDERAL FARÁ CONCURSO COM 1,5 MIL VAGAS

A Polícia Federal (PF) recebeu autorização para promover um novo concurso público com 1,5 mil vagas. A Portaria 14.358, que trata do assunto, foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta (11). O prazo para a publicação do edital de abertura de inscrições será de até seis meses. As vagas são para delegado (123), escrivão (400), papiloscopista (84) e agente (893). **FOTO DE TÂMIA RÉGO/ABR**



PSB ACIONA SUPREMO CONTRA IMPOSTO ZERO A REVÓLVERES

IMPORTAÇÃO O PSB acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) nessa sexta-feira (11) para suspender resolução do governo Jair Bolsonaro que zerou a alíquota do imposto de importação de revólveres e pistolas. A mudança foi publicada no Diário Oficial da União da última quarta-feira, e passará a valer a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Hoje o imposto é fixado em 20%.

A resolução é assinada pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, secretaria vinculada ao Ministério da Economia, de Paulo Guedes, e se trata de mais uma norma que busca flexibilizar o acesso a armas - promessa de campanha de Bolsonaro e bandeira do governo.

O PSB afirma que a redução do imposto a revólveres e pistolas representaria um 'patente retrocesso' na segurança da população ao facilitar o acesso a armas, além de ser medida prejudicial à arrecadação à indústria de armas brasileira.

"A nova alíquota diminuirá os valores arrecadados pelo governo em importações armamentistas, afetando negativamente o repasse de recursos para outras áreas essenciais, como, por exemplo, o combate ao novo coronavírus", afirma o partido. "A medida fere também o mercado nacional".

O PSB afirma que a redução do imposto a revólveres e pistolas representaria um "patente retrocesso" na segurança da população



SAÚDE O governo Jair Bolsonaro vai editar uma Medida Provisória (MP) para abrir crédito de R\$ 20 bilhões para compra de vacinas contra a covid-19. Com a medida, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, deve reforçar o discurso de que a sua pasta vai comprar e distribuir todas as vacinas disponíveis do país, inclusive a Coronavac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantã, órgão ligado ao governo paulista de João Dória (PSDB).

A verba deve ser usada para compra de vacina e seus insumos, além da logística e a comunicação da campanha de imunização. Pazuello disse ter determinado a busca por recursos para vacinar "todo o nosso povo". O general voltou a chamar para o ministério a responsabilidade de organizar a imunização nacional. "Nenhum Estado da federação será tratado de forma diferente. Nenhum brasileiro terá vantagem sobre outros brasileiros", disse.

A declaração de Pazuello ocorre no momento em que o governo Bolsonaro é pressionado para antecipar o calen-

Governo prepara MP que libera R\$ 20 bi para vacinação contra a covid-19

Nenhum estado será tratado de forma diferente, nenhum brasileiro terá vantagem sobre outros brasileiros
Eduardo Pazuello

Ministro da Saúde

A União demonstra dose de insanidade ao propor uma MP que prevê o confisco de vacinas
João Dória

Governador de São Paulo

dário de vacinação contra a covid, previsto para começar em março - outros países já iniciam suas campanhas este mês. Nos últimos dias, Pazuello tem dito que seria possível começar a vacinação até em dezembro ou janeiro, caso alguma fabricante de vacinas consiga o aval da Anvisa.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que esteve com Pazuello nessa sexta-feira (11) afirmou que as vacinas devem ser "requisitadas" pelo ministério. "Nenhum estado vai fazer politicagem e escolher quem vai viver ou morrer de covid-19", afirmou Caiado, no Twitter. Integrantes do governo federal que acompanham a discussão afirmam que a MP deve se limitar a abrir crédito

para a compra de vacinas.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que "em nenhum momento, o Ministério da Saúde se manifestou sobre confisco ou requerimento de vacinas adquiridas pelos Estados". Também exaltou os 47 anos do Programa Nacional de Imunização (PNI), coordenado pela pasta, cujas ações "têm o apoio das secretarias estaduais e municipais de Saúde", para que "o trabalho possa ser realizado com eficiência".

A publicação da MP pode ser encarada como uma referência indireta a João Dória (PSDB), governador de São Paulo. O Instituto Butantã, vinculado ao governo paulista, testa no Brasil a Coronavac, potencial vacina contra Covid-19 da chinesa Sinovac e iniciou o envase de doses da vacina no país com uma capacidade que chegará a 1 milhão de doses diárias.

Dória anunciou nesta semana que iniciará, em 25 de janeiro, a vacinação contra covid-19 em São Paulo e já fechou acordos com outros estados e municípios para fornecer o potencial imunizante.

O governador tucano pu-

blicou comentários no Twitter na tarde dessa sexta-feira, após a postagem de Caiado. "Os brasileiros esperam pelas doses da vacina, mas a União demonstra dose de insanidade ao propor uma MP que prevê o confisco de vacinas. Esta proposta é um ataque ao federalismo. Vamos cuidar de salvar vidas e não interesses políticos", disse.

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que o Brasil vive um "finalzinho de pandemia" - apesar da alta nas mortes por coronavírus no país - o ministro Eduardo Pazuello, afirmou nessa sexta-feira (11) que "a pandemia não acabou".

"A pandemia não acabou. Ela prossegue, vamos conviver com o coronavírus. Vamos chegar próximo a uma normalidade quando tivermos as vacinas, os antivirais que combatem efetivamente a doença", disse Pazuello.

Bolsonaro falou em "finalzinho de pandemia" na quinta-feira (10), durante visita a Porto Alegre. "Me permite falar um pouco do governo, que ainda estamos vivendo o finalzinho de pandemia", disse.

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Neto bota o pé na estrada para 2022 e time de Rui busca o ajuste

Em 2006 Jaques Wagner, o novo, surpreendeu ao derrotar o governador Paulo Souto, representante do velho carlismo. Não seria irônico, em 2022, o mesmo Wagner, agora representando o velho petismo, enfrentar ACM Neto, o novo?

A tese, suscitada por Bruno Alfonsin, estudante de jornalismo em Salvador, é no mínimo curiosa. Num olhar de relance, parece isso, mas acuradamente a observação, as circunstâncias são muito diferentes.

Em 2006, Wagner tinha Lula na Presidência e ACM, o velho,

deu uma bofeira ao federalizar a disputa atacando Lula. Agora, ACM Neto desponta no cenário como o novo, mas não tem o lastro presidencial que Wagner teve. Ao contrário, corre para construir uma referência.

LÁ E CÁ — Claro que a questão federal tem influência, na maioria das vezes, decisiva. O jogo é sempre lá e cá, e vice-versa. Por aí, o cenário de 2020 indica que as duas partes ainda têm muito chão até 2022. Se Neto está resolvido cá, ela, não, na banda de Rui Costa

nem cá e nem lá.

Veja: em 2022 Rui, já reeleito, não poderá disputar o mesmo cargo, idem, idem João Leão, o vice do PP. E Otto Alencar, do PSD, o senador que completa o triunvirato que nos governa (PT, PP e PSD), finda o mandato.

Dizem que Wagner quer que Rui faça como ele, fique no governo até o fim. Mas quando Wagner fez isso a presidente era Dilma. Ele deixou o governo cá e foi ser ministro lá. E Rui tem o quê? Eis a questão, primeiro ele tem que se resolver cá. E, lá, Lula também é o velho.

Alegria e dor com o frango

Jornalistas de Feira de Santana dizem que Conceição da Feira, um dos grandes núcleos de produção de frango na Bahia, festejava a notícia de que a Bahia bateu o recorde na produção de carne de frango (39,6 milhões de toneladas) e ovos de galinha (15,2 milhões de dúzias), quando chegou uma bombástica notícia ruim, a morte do prefeito Pompílio.

O próprio Pompílio era produtor de frango, amigo dos que celebravam a notícia.

Muita falação na desolação

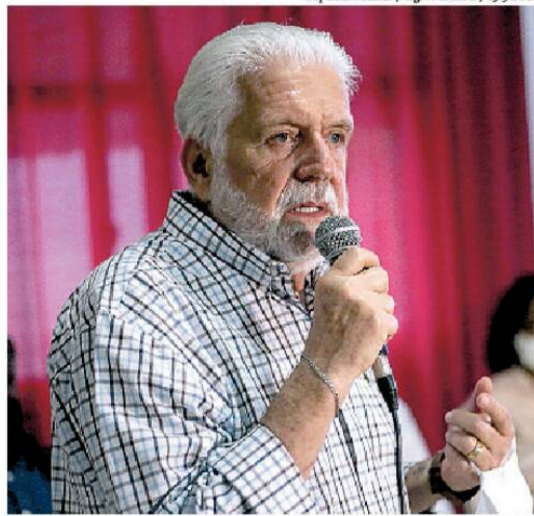
Aliás, em Conceição da Feira a grande comoção pela morte de Pompílio, uma figura bem querida, gerou muita conversa sobre os possíveis motivos. A maioria acha que foi um caso passionnal.

De lambuja, outra fofoca: Pompílio acabou transformando a vice, Rosilda Bastos (PSD), a quem apoiou este ano e perdeu, em prefeita. É o efeito maldito da tragédia. Vai ser só por 16 dias e de forma absolutamente indesejada.

Zé Neto e Beto, bons amigos

O deputado federal Zé Neto (PT), que perdeu o segundo turno em Feira para Colbert Martins, tomou ontem café da manhã com Beto Tourinho, que também foi candidato pelo PSB e o apoiou com entusiasmo no segundo turno.

O pretexto foi matar a saudade, mas lá se diz que o namoro virou lua de mel. Completando o sétimo mandato de vereador, Beto, filho do ex-prefeito Zé Falcão, vai ocupar algum cargo na máquina estadual.



Wagner em dois tempos: antes, o novo; agora, o velho

POLÍTICA COM VATAPÁ

Questão animal

Animais soltos nas ruas (bois, cavalos, jumentos e principalmente cabras) sempre foram um problema na história de Glória, cidade próxima à barragem do Moxotó, a 9 km de Paulo Afonso, sertão pleno, tido como o lugar mais certinho do Brasil.

Vem desde os tempos do Império, quando o então lugarejo chamava-se oficialmente Vila de Nossa Senhora da Glória do Curral dos Bois e, jocosamente, Porto dos Cachorros.

Em 2010, a então prefeita Vilma Negromonte, mãe do deputado federal Mário Negromonte Jr., desencadeou intensa campanha de combate à criação de animais soltos. Dez anos depois, tudo na mesma.

João Ferreira, primeiro prefeito da cidade, sabia que o problema era difícil, mas jurou: "Pelo menos no meu local de trabalho eu resolvo".

Botou na porta da prefeitura, praça principal, a placa com aviso em letras garrafais: "Colabore com a administração. Não amarre jumento na porta da prefeitura para não prejudicar os que estão dentro".

Na Terra Mater, cerca em praia chique gera barulho

Dizem em Porto Seguro, a Terra Mater do Brasil, que a primeira grande lição que os colonizadores portugueses nos deram à História, antes e agora, só faz carimbar: ladrão tem bom gosto, só pega o filé, e o resto que passe bem, ou que se dane. Pois lá tem um rolo novo, por velhos motivos: a apropriação indevida do filé.

O vereador Ronildo Vinhas, o Nido (PSD), agora reeleito, criou polémica ao acusar um empresário de ter cercado o acesso à praia de Patimirim, ou Itaquetina, o filé do filé, bastante frequentada por surfistas e pescadores, em Tranco, que é o point maior de toda a Costa do Descobrimento.

Diz Nido que em Porto Seguro mansões de luxo, resorts, clubes e barracas muito misturam o público e o privado, mas que o caso extrapolou.

As boas linguas do par...

Castra ratos

Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou a castração dos ratos em Conceição da Feira, cidade de grande importância para o comércio local. A operação foi realizada em uma área de grande importância econômica e social da cidade. Os responsáveis pela operação pediram com urgência que os moradores tomem as devidas precauções, pois a população não deve deixar lixo acumulado em suas propriedades. Os ratos que foram encontrados foram coletados e encaminhados para o tratamento adequado. A castração foi realizada em um dia de grande movimento turístico na cidade.

Nos da 1ª região. Os 11 colômacos mar...

Um... sua... para... 110... diti... cele... um... firm... sent... boi...

"Você não faz idéia do que vai acontecer até virar a página..."

SIDNEY SHELDON

PESAR Raimundo da Cruz Bastos e a mulher foram encontrados mortos em condomínio de luxo de Salvador

Prefeito de Conceição da Feira é sepultado e cidade decreta luto

DA REDAÇÃO

Os corpos do prefeito de Conceição da Feira, cidade a cerca de 120 km de Salvador, Raimundo da Cruz Bastos, conhecido como Pompílio, e da esposa, Elba Rejane Silva, foram sepultados ontem no cemitério municipal da cidade. Eles foram encontrados mortos em um condomínio de luxo de Salvador, na Av. Paralela, na sexta-feira, em um caso que a polícia suspeita se tratar de homicídio seguido de suicídio.

O velório do prefeito, aberto ao público, começou na noite de sexta-feira, na sede da prefeitura. A prefeitura de Conceição da Feira decretou três dias de luto oficial e suspendeu pelo mesmo período



"Pompílio" e Elba Rejane eram casados há 15 anos

atividades festivas de qualquer natureza.

Pompílio era avicultor e tinha propriedades em Salvador e Feira de Santana. Os dois estavam casados há cerca de 15 anos e têm uma filha juntos. Elba tem um filho do casamento anterior e Pom-

pílio tinha outras duas filhas, também de uma união anterior.

Caso

Segundo a Polícia Civil, a hipótese inicial é a de que Raimundo tenha baleado Rejane e depois cometido suicídio. Ainda segundo a polícia, o imóvel estava com a porta aberta e havia uma arma de fogo no chão. Ainda não há informações sobre a motivação do crime.

A Polícia Civil informou também que a delegada Milena Calmon, titular da 1ª Delegacia de Homicídios (DH-Atlântico), que investiga o caso, vai aguardar os laudos periciais para complementar a apuração e entender a dinâmica do crime.

INQUÉRITO

PGR inclui relatórios da Abin à defesa de Flávio Bolsonaro

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral da República (PGR) incluiu no inquérito sigiloso que investiga o caso Queiroz a notícia dos relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que visaram favorecer a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ). Em nota, o órgão

afirma que houve mobilização das estruturas do governo em favor do filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na investigação que apura o esquema de desvio de salários de funcionários parlamentares na Alerj.

"As novas informações divulgadas sobre o caso foram juntadas à notícia de fato já

instaurada na PGR. Não há informação disponível sobre o andamento da notícia de fato por se tratar de procedimento interno sigiloso. Sobre os fatos novos, a PGR deverá receber representações já anunciadas por parlamentares em redes sociais, irá analisá-las e se manifestar oportunamente", diz a nota da PGR.

Toda segunda-feira tem conteúdo novo nas plataformas do Grupo A TARDE.



www.atarde.com.br

Acompanhe!

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupotarde.com.br

Agro

A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



**UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO**

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupotarde.com.br

Viva as frutas do Nordeste onde futuro virou presente

Que notícia maravilhosa. A cidade baiana de Juazeiro foi considerada a primeira colocada num ranking das 100 melhores pra fazer negócio numa análise da Urban System (exame 12/2020). O agronegócio brasileiro tem nos grãos, algodão, carnes, cana, madeira, citricultura, café grandes estrelas. Porém o polo do vale do São Francisco, com irrigação, voltado para a fruticultura de mercado interno e a exportação, teve um início difícil. Me recordo pessoalmente das visitas que fiz à região ainda nos anos 80, onde Petrolina e Juazeiro iniciavam despontando

nessa atividade, com esforços do setor privado, público, e pioneiros produtores imaginando um sonho futuro de progresso. E como cantava Raul Seixas: "Sonho que se sonha só é apenas sonho. Sonho que se sonha junto é realidade".

Trabalhando junto, superando crises, persistindo na criação de uma nova realidade dentro do país e no Nordeste, aqui chegamos com o fato concreto de Juazeiro ser a primeira melhor cidade para fazer negócio na análise dessa consultoria. A tecnologia foi e tem sido determinante. A produtividade venceu. Porém as condi-

ções dadas, permitiram qualidade de produtos. Viabilizaram os conjuntos das cadeias produtivas. Acesso a mercados internacionais. E Juazeiro prova que se realizarmos um planejamento estratégico para as cadeias produtivas do A do abacate

ao Z do zebu, teríamos de fato a maior e melhor chance de crescimento do PIB do país como um todo. Em Juazeiro a Urban System registra o crescimento das exportações, a melhoria da média salarial dos colaboradores, e que somente entre janeiro e

agosto de 2020, em meio a pandemia, ocorreu um aumento de 56% da produtividade, comparado ao ano anterior, gerando mais 2.583 empregos.

Ali na divisa de Juazeiro com Petrolina, um ex-executivo de uma multinacional, Antônio Carlos Zem, ao se aposentar criou o grupo Garuva. Entrou no mundo da uva. Aponta que o Brasil é o único país do mundo que produz uva o ano todo. Saliência da mesma forma o trabalho extraordinário da Embrapa, transformando a uva num snack saudável de primeira qualidade através da genética, e como curio-

sidade menciona a "cotton candy" com sabor de algodão doce.

Agora, não fazemos nada sozinho. Uma imensa colaboração e cooperação. Juazeiro hoje é a melhor cidade graças a capilaridade da fruticultura, e sem dúvida aos brasileiros que ali construiram esse futuro que virou presente.

Da mesma forma, muito obrigado para os gestores da Codevasf. Juazeiro, Petrolina, exemplos do que todo Brasil pode vir a ser. Sonhar juntos aperfeiçoando imperfeições o tempo todo, a luta que vale a pena ser lutada.

Juazeiro foi a 1ª colocada num ranking das 100 melhores para fazer negócio

A tecnologia foi e tem sido determinante. A produtividade venceu

MIRIAM HERMES

Com técnicas que conservam os recursos naturais o Sistema Agroflorestal (Saf) combina, em uma mesma área, culturas perenes, semi-perenes, de ciclo curto, e, eventualmente, a criação de animais, com foco na subsistência e geração de renda em diferentes épocas do ano.

Com manejo adequado, a produção de agroflorestas tem a vantagem de proporcionar produtos orgânicos, livres de produtos químicos para combate de pragas e doenças, bem como a fertilização da terra.

"Neste método de trabalho, ao invés de exaurir os recursos naturais, a cada ano que passa o solo vai melhorando. Essa é a ideia, e ao invés de só explorar uma área, vamos criando condições mais favoráveis", resumiu o produtor, especialista no sistema agroflorestal, Jurandi Anunciação.

Há 20 anos ele implantou o sistema na sua propriedade rural, em Cafarnaum, na região de clima semiárido com bioma de caatinga. Desde então se tornou um entusiasta da causa, ministrando cursos e prestando consultoria em todos os estados do Brasil, atingindo todos os biomas.

Para ele "dá para produzir muito em uma pequena área, se trabalhamos de forma correta, dentro da perspectiva de criar vida", disse, explicando que o consórcio de diversos tipos de plantas é saudável para o ambiente. Ele sugere o plantio de espécies nativas e exóticas com árvores frutíferas e eucalipto, com culturas anuais como aipim, abóbora e feijão.

"Elas produzem em diferentes momentos, de modo que uma ajuda a outra", destacou, acrescentando que trabalha com plantas criadoras, protetoras e nitrogenadas de forma integrada. "Não tem competição. Todas as plantas têm seu valor por igual", ressaltou, pontuando que o manejo exige atenção, mas, é facilmente assimilado.

Atualmente está disseminando a prática entre alunos das Escolas Família Agrícola (EFA) de Alagoinhas e Rio Real, que adotam este manejo através de projeto apoiado pela Bracell Celulose, com a meta de tornar os 110 alunos em multiplicadores deste conhecimento na região.

Em 2019 o projeto beneficiou 131 famílias rurais em 41 comunidades de 11 municípios com assistência técnica a pequenos produtores rurais do Litoral Norte e Agreste Baiano por meio de

AGRO Sistema combina, em uma mesma área, culturas perenes, semi-perenes, de ciclo curto e até criação animal

Agrofloresta favorece produção orgânica e preserva a natureza



Com manejo adequado, a agrofloresta proporciona a fertilização da terra



Jurandi explica que neste sistema a cada ano que passa o solo vai melhorando

parcerias com instituições como a Jurema Consultoria e Assessoria Agrônoma e Ambiental através de diagnósticos, orientações e acompanhamento de atividades agrícolas e pecuárias.

De acordo com a coordenadora do projeto, Cláudia Belchior, para 2021 mais uma EFA será atingida pela iniciativa, com incentivo da empresa. "O trabalho é focado nos princípios da agroecologia, através de manejo sustentável, sem uso de produtos químicos", enfatizou.

No extremo Sul do estado a Companhia de Papel e Celulose Suzano estimula a utilização do sistema agroflorestal desde 2014, através do fortalecimento das associações rurais por meio do programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT).

Cerca de 400 famílias de comunidades tradicionais da região já passaram pelos cursos de formação, "com intercâmbios, cursos, seminários, dias de campo e caravanas", disse o gerente de Desenvolvimento Social da empresa, Giordano Automare, destacando ainda a distribuição de sementes, mudas e insumos necessários à implantação como adubos orgânicos, pós de rocha, fosfato reativo, dentre outros.

Ele salientou que produtores engajados com sistemas de cultivo agroecológico, uns proprietários de áreas rurais e outros em regime de comodato em áreas da empresa, são estimulados a implantar agroflorestas. Na região a empresa contabiliza 70 hectares em estágio médio e avançado com Saf.

Além do aumento da fertilidade e maior retenção de umidade no solo, Automare pontuou como resultados favoráveis "o aumento e diversificação da produção agrícola, aumento da segurança alimentar, redução de insumos externos, acesso a novos mercados, maior oferta de alimentos durante o ano e aumento da renda", bem como a possibilidade de obter a certificação orgânica.

Cacau cabruca

Na Bahia, de acordo com a secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o método é amplamente utilizado na produção de cacau cabruca, cultivado sob árvores da Mata Atlântica.

A estimativa é que existem em torno de 400 mil hectares distribuídos em 8 territórios com tradição de cultivar cacau no estado, atingindo o Extremo Sul, Costa do Descobrimento, Litoral Sul, Baixo Sul, Médio

Rio das Contas, Vale do Jiquiriçá, Médio Sudoeste e Recôncavo Baiano.

Conforme a coordenadora técnica da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater) unidade da SDR, Ana Cristina Souza, no Extremo Sul e Costa do Descobrimento o cacau é consorciado também com coco, mamão e cucurbitáceas como abóbora e melancia dentre outras espécies.

"No Baixo Sul já é uma questão cultural o trabalho com o sistema agroflorestal, com cacau, seringueira, fruteiras como banana, café e jenipapo, além de especiarias, a exemplo da pimenta da jamaica, pimenta do reino, cravo-da-índia, cardamomo, canela; oleaginosas como o dendê, além do guaraná e da piaçava", afirmou.

História e estudos

O termo 'agroflorestal' é relativamente novo, pois surgiu no final da década de 1970 com estudos e pesquisas sobre cultivos agrícolas voltados para a preservação dos recursos naturais e não utilização de produtos químicos.

"No Brasil tivemos muitos incentivos para a implantação destes sistemas, principalmente entre 2008 e 2014, quando ocorreu a maior expansão", disse o especialista neste sistema, Jurandi Anunciação.

Ele destacou que na Bahia existem diversas iniciativas para ampliar a conscientização dos produtores para as vantagens do Saf e citou que além da SDR e das empresas Bracell e Suzano, o Instituto de Permacultura da Bahia (IPB) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpa), com atuação na região do semiárido/caatinga, são exemplos de atuação na linha agroecológica.

Os sistemas agroflorestais são classificados como sequenciais, simultâneos e complementares. O modelo regenerativo e análogo (safra) se caracteriza pelo plantio de mais de 50 espécies por hectare. Tem grande potencial de recomposição de matas ciliares e é usado por muitos produtores para ligar fragmentos florestais entre si.

Já no sistema conhecido como aleias as árvores são plantadas em fileiras, com espaçamento entre elas que favorecem o plantio de diferentes espécies de ciclo curto e médio. É indicado para melhorar solos pobres e desgastados pelo uso.

Tribuna

Sem acordo, PEC Emergencial fica para 2021

AGÊNCIA BRASIL

Com a falta de consenso entre os parlamentares, o relator da Proposta de Emenda à Constituição 186/2019 - a chamada PEC Emergencial - senador Márcio Bittar (MDB-AC) desistiu de apresentar seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa antes do recesso parlamentar.

Em nota divulgada ontem, Bittar, que trabalha no texto há mais de um ano, explicou o motivo de deixar para o ano que vem a apresentação do relatório da proposta que cria mecanismos de ajuste fiscal para União, estados e municípios.

"Nas últimas semanas trabalhei para construir um texto de consenso que ajude o Brasil a solucionar os graves problemas que enfrenta. Consultei o governo, líderes do Congresso e parlamentares. Em vista da complexidade das medidas, bem como da atual conjuntura do país, decidi não mais apresentar o relatório em 2020. Creio que a proposta será melhor debatida no ano que vem, tão logo o Congresso Nacional retome suas atividades e o momento político se mostre mais adequado", afirmou.

A nota de Bittar, que

também é o relator do Orçamento Geral da União, que será votado em fevereiro, mostra uma mudança de posição. Na semana passada, ele chegou a sugerir a possibilidade de votação da matéria "ainda neste ano". Na sessão remota da última terça-feira (8), o relator disse que o objetivo "é dar um sinal ao Brasil inteiro da retomada da agenda de austeridade fiscal".

O texto original cria mecanismos de ajuste fiscal, caso as operações de crédito da União excedam a despesa de capital. No caso de estados e municípios, o gatilho é a elevação das despesas correntes acima do limite de 95% das receitas correntes. A PEC Emergencial também modifica limites para gastos com pessoal e proíbe que novas leis autorizem o pagamento retroativo desse tipo de despesa.

A matéria determina ainda a reavaliação periódica de benefícios tributários, creditícios e financeiros e veda a ampliação de benefícios tributários a partir de 2026, caso eles ultrapassem 2% do produto interno bruto (PIB). Ainda de acordo com a proposta, o dinheiro que sobrar do orçamento transferido aos Poderes Legislativo e Judiciário deve retornar ao Tesouro Nacional.



MÁRCIO BITTAR desistiu de apresentar seu parecer à CCJ do Senado

A PEC Emergencial faz parte do Plano Mais Brasil - um pacote de medidas apresentadas em novembro do ano passado pelo senador Fernando Bezerra Coelho, com o aval do Poder Executivo. Além da PEC 186/2016, outras duas matérias fazem parte do plano. Uma delas é conhecida como PEC da Revisão dos Fundos 187/2019, que pretende usar R\$ 220 bilhões destinados a áreas específicas para ajudar a pagar a dívida pública. O dinheiro está reservado a 248 fundos públicos infraconstitucio-

nais, que podem ser extintos caso não sejam ratificados por leis complementares. O relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) foi aprovado pela CCJ em março deste ano e aguarda votação no plenário. Outra proposta do Plano Mais Brasil é a PEC do Pacto Federativo 188/2019. O texto unifica gastos mínimos em educação e saúde e dá mais autonomia a estados e municípios. O texto também aguarda parecer do senador Márcio Bittar na Comissão de Constituição e Justiça.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Jacir J. Venturi

Reformas tributária e administrativa: por um Estado mais justo e expedito

As ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus no biênio 2020/2021 promoverão um rombo nas contas públicas brasileiras da ordem de 870 bilhões de reais e, em consequência, a dívida pública tangenciará os estratosféricos 100% do PIB. Eram 62% há apenas 10 anos. Não restam dúvidas de que, em função da excepcionalidade e em nome da preservação da vida, são e foram medidas necessárias, ainda que denúncias de desvios e má gestão de recursos devam ser apuradas com todo o rigor da lei. Mesmo assim, é uma espada de Dâmocles a balançar sobre as cabeças de nossos governantes, em especial da esfera federal. Isto posto, é urgente a

realização – por tantas vezes anunciadas, tantas vezes adiadas – das reformas tributária e administrativa, temas esses que até hoje não passaram de um mero jogo de cena. Em 2019, os entes federados gastaram 920 bilhões de reais com os funcionários administrativos, legislativos e judiciários, e há um consenso das profundas distorções salariais – seja internamente, seja ao cotejar-se com o mercado de trabalho – que precisam ser enfrentadas, para que os direitos legítimos dos servidores sejam preservados.

Além de buscar uma maior racionalidade dos gastos públicos, é imprescindível a persecução de uma maior eficiência de gestão para o enfrentamento das incontáveis mazelas brasileiras, uma vez que nosso pro-

blema não é, nem nunca foi, falta de recursos financeiros para o Estado. O brasileiro médio trabalhou em 2019 um total de 128 dias, mais de 4 meses, para cumprir suas obrigações com os fiscos municipais, estaduais e federal, deixando nos cofres do governo R\$ 2,39 trilhões de reais. Mas a visão miope, de que é mais fácil aumentar os impostos do que administrar de modo eficiente, fez com que desde o início do mandato do Presidente José Sarney (1985) a carga de impostos, taxas e contribuições saltasse de 21% do PIB para 35,07% em 2019.

E neste interim, com passagens de governantes dos mais diversos matizes no espectro ideológico, tivemos que suportar bovinamente a crescente voracidade arrecadatória, sem uma contrapartida proporcional por parte do Estado, seja na amplitude e na qualidade dos serviços prestados, seja na promoção de justiça social, sem falar na eterna sombra da corrupção que nunca nos abandona. “Os

impostos têm limites naturais, além dos quais uma nação se deita para morrer ou se levanta para lutar”, se faz oportuno Joseph-Ernest Renan (1823-1892), filósofo e historiador francês.

Com a autoridade de ser um dos maiores especialistas no tema e ter sido o relator de uma das Comissões da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly é pertinente: “Estou convencido de que mais de 50% da responsabilidade pelo atraso da nossa economia é do nosso sistema tributário anárquico e caótico, que mata as empresas e os empregos, concentra a riqueza e pune os mais pobres – os que ganham até dois salários mínimos pagam 53,9% de carga tributária, enquanto quem ganha acima de 30 salários mínimos paga 29%.”

O objetivo primeiro de uma reforma tributária deve ser desonerar parte dos encargos sobre salários e sobre o consumo de bens e serviços essenciais – e por conta deste e de outros fa-

tores, só é viável em conjunto com a reforma administrativa. O Brasil tem quase 50% de sua arrecadação proveniente do consumo, ao passo que nos países da OCDE a média é de 32%. Não há equidade e por consequência a base da pirâmide social paga proporcionalmente mais. É um repto necessário, pois nossa estrutura tributária é irracional, cara e antes de tudo injusta. Por exemplo, há décadas que não se corrige adequadamente a tabela do Imposto de Renda – um confisco forçado que atingiu este ano 103% de defasagem, de acordo com o Sindifisco. Ou seja, se fosse aplicada a inflação, estariam isentos os contribuintes que ganham até R\$3.881,00, entretanto hoje os tentáculos da Receita Federal alcançam o contribuinte que auferir uma renda mensal de R\$ 1.903,98, sendo os maiores prejudicados os assalariados da classe média-baixa.

Nas nações em que se executa uma boa política de bem-estar social – como é

o caso dos nórdicos –, a tributação é também elevada, algo próximo de 50%, mas nestes países o cidadão é amparado pelo Estado, que proporciona a todos uma vida digna do berço até a sepultura – de mamando a caducando para fazer galhofa.

No entanto, ante a um fisco voraz e com má aplicação dos recursos – como no Brasil –, as pessoas e empresas não apenas se conformam. Elas também se vingam, com mais sonegação, elisão, pirataria, informalidade, corrupção, contrabando, calote. Condenável sim, mas esta é a natureza humana. A história ensina que tributos exacerbados e baixo retorno social formam uma mistura explosiva, pois não apenas comprometem o setor produtivo, mas também promovem o esgarçamento do tecido moral e ético.

*Jacir J. Venturi foi professor da UFPR, PUCPR e Universidade Positivo. Cidadão Honorário de Curitiba. Foi vice-presidente da ACP. Autor de 3 livros

Governo define meta fiscal de déficit de R\$ 232 bilhões

ANA FLOR

O governo decidiu enviar ao Congresso uma meta fiscal para 2021 de um déficit de R\$ 232 bilhões, informou ao blog uma fonte que participou da definição do número. O número é fechado pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), comandada pela Casa Civil.

A primeira discussão, desde que a equipe econômica passou a estudar qual meta fiscal estabelecer para o ano posterior ao orçamento de guerra da pandemia, era de um déficit em torno de R\$ 210 bilhões. Mas o fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter autorizado o pagamento de restos a pagar de 2020 ao longo do próximo ano ampliou a

previsão de despesas.

Quando enviou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em abril, o governo propôs ao Congresso que 2021 tivesse uma meta fiscal flexível, pela indefinição de como a economia reagiria no pós-pandemia. O TCU, entretanto, exigiu uma meta fixa.

A LDO deve ser votada pelo Congresso no próximo dia 16.

A meta fiscal é calculada com base nas despesas totais previstas para o ano e a expectativa de receitas do governo. Ao calcular a meta fiscal, a equipe econômica estimou um crescimento do PIB entre 3,5% e 4% em 2021.

A previsão de déficit primário do governo enviada em agosto ao Congresso já era de R\$ 233,6 bilhões.

Dados sinalizam 4º trimestre de crescimento

A expectativa é de que o país terá um primeiro semestre de 2021 favorável, e surpreender os analistas de plantão

ISABEL VERSIANI, REUTERS

Os indicadores de atividade econômica do IBGE para outubro indicam um crescimento elevado para o quarto trimestre do ano, avaliou a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia ontem, reiterando expectativa de que o país terá um primeiro semestre de 2021 favorável, podendo prescindir do auxílio emergencial do governo.

Em nota, a SPE destacou que o desempenho positivo da indústria, comércio e serviços em outubro se deu a despeito da redução do valor do auxílio emergencial no período, o que indicaria que a economia está voltando à normalidade.

"Os indicadores coincidentes sugerem manutenção da trajetória de crescimento para o mês de novembro, reforçando as projeções apresentadas anteriormente pela SPE", disse a

secretaria, citando dados da produção de veículos, vendas no comércio em São Paulo e fluxo de rodovias pedagiadas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou nesta manhã que o setor de serviços, o mais afetado pelas medidas de distanciamento social adotadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19, teve alta de 1,7% em outubro sobre setembro -- taxa mais elevada para o

mês desde pelo menos 2011, início da série do IBGE, e acima do esperado por analistas.

A indústria cresceu 1,1% em outubro sobre o mês anterior e já está acima do patamar de fevereiro, antes do agravamento da pandemia, enquanto o comércio teve alta de 0,9%, contrariando expectativas de recuo.

Para a SPE, o carregamento estatístico aponta um crescimento médio de 3,5%

para esses três indicadores do IBGE no quarto trimestre.

"Estes fortes resultados da atividade econômica para outubro, mesmo com a redução do valor do auxílio emergencial, indicam que a economia está voltando à normalidade, sinalizando que o crescimento continuará avançando no primeiro semestre de 2021 sem a necessidade de auxílios governamentais", disse a SPE.

O auxílio emergencial foi aprovado pelo Congresso em

meio à pandemia com valor inicial de 600 reais e posteriormente foi prorrogado pelo governo até dezembro, com o valor de 300 reais.

O governo tem reforçado que a ajuda não poderá ser prorrogada indefinidamente, mas o ministro Paulo Guedes (Economia) já disse que, no caso de uma segunda onda da pandemia, terá que responder com mais auxílio, ainda que este não seja o "plano A" da equipe econômica.



AJUSTE FISCAL DEVE DITAR RITMO DO DÓLAR

admin 14 Dezembro, 2020

A mudança de comando nos Estados Unidos, a partir de janeiro, a promessa de uma vacinação em larga escala contra a covid-19 e a expectativa de avanço de reformas no Brasil têm retirado parte da tensão e feito os investidores voltarem os olhos novamente para emergentes, como o Brasil. Como reflexo disso, o dólar, que chegou a ficar perto dos R\$ 6, passou a registrar quedas e agora se acomoda em um patamar mais próximo de R\$ 5. Na última semana, o dólar fechou em seu menor patamar desde junho. Em pouco mais de um mês, desde que começou o que parece ser um ciclo de desvalorização, a moeda já acumula queda de mais de 12% ante o real. Apesar disso, no ano a divisa ainda acumula uma alta de 25,8% e está em um patamar acima do previsto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em março, pouco antes do recrudescimento das medidas de isolamento social tomadas para conter o avanço do novo coronavírus, o ministro chegou a dizer que, “se fizer muita besteira, o dólar pode ir a R\$ 5”. Ele falou ainda que não acreditava em uma fuga de capitais. Na sexta-feira passada, a moeda fechou a R\$ 5,05. Na visão

de economistas ouvidos pelo Estadão, são boas as chances de que a moeda permaneça nesse patamar mais baixo, desde que o País dê sinais positivos no manejo da economia na saída da pandemia.

Na avaliação de Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central e sócio da AC Pastore e Associados, o movimento recente do dólar tem sido influenciado tanto por fatores externos quanto domésticos. Nos EUA, a eleição do democrata Joe Biden sinaliza uma maior estabilidade internacional, sobretudo na relação com a China. E o começo da vacinação reduz as incertezas que a pandemia da covid-19 trouxe.

“A eleição de Biden trouxe segurança para os agentes e sinaliza uma melhor relação com a China, o que poderia melhorar o comércio de commodities. O que vai ser determinante é a questão fiscal. Com o cenário internacional esperado e com a sinalização por parte do governo de que o lado fiscal será controlado, o dólar pode ficar no patamar atual”, diz. “Os planos de recuperação econômica nos países ricos mantêm os juros em patamar muito baixo, o que vira liquidez indo para emergentes. Se um investidor americano colocava dinheiro na renda fixa, com os juros inferiores a 1%, ele acaba se voltando para países como o Brasil”, completa o estrategista de Comércio Exterior do Banco Ourinvest e ex-secretário de Comércio Exterior, Welber Barral.

Comprometimento com área fiscal é fundamental

O economista do UBS BB Fabio Ramos concorda com a análise e diz que o sinal para o mercado de que o governo brasileiro está comprometido com os ajustes fiscais no ano que vem é essencial para facilitar a apreciação do real – que ele acha que tem mais espaço para se valorizar em relação ao dólar. Ele também ressalta que está havendo uma volta dos investimentos estrangeiros ao Brasil, o que pode melhorar a entrada de dólares, e acha que a moeda americana pode permanecer nesse patamar atual e fechar o ano que vem em valor até mais baixo, provavelmente em R\$ 4,95.

No mês passado, os investidores estrangeiros tiveram entrada líquida de R\$ 33,3 bilhões na Bolsa. No acumulado do ano, no entanto, o saldo é negativo e a saída é de R\$ 51,56 bilhões. “O investidor estrangeiro está voltando; em novembro, as saídas de investimentos já eram menores do que no pior momento da pandemia. E esse movimento de saída pode ser zerado. Consolidadas as condições atuais e com a questão fiscal encaminhada ano que vem, há um espaço para a apreciação ainda maior do real”, avalia Ramos.

O economista-chefe da Necton, André Perfeito, lembra que, por mais que os fatores externos estejam contando a favor de uma apreciação do real em relação ao dólar, é preciso considerar que esse movimento não está dado e que as expectativas podem ser revertidas, caso o

mercado avalie que o governo não tem condições de conduzir uma política fiscal acertada. “Na verdade, é preciso reconhecer que o governo não deu indicativos de que vai conseguir tangenciar a questão fiscal de forma eficiente até agora. Há uma expectativa de que o Banco Central inicie um novo ciclo de alta dos juros, o que favoreceria a atração de investimentos, mas os problemas do País estão dados e o governo precisa dizer logo o que quer, sem dar espaço para incertezas”, diz.

Estrangeiros baixam apostas contra o real

A semana passada, em que o dólar testou os menores níveis desde junho, foi marcada por forte movimentação de grandes investidores no mercado futuro da B3, a Bolsa brasileira – que têm influência direta nas cotações do mercado à vista. A mudança maior foi nos estrangeiros, que mudaram completamente de estratégia e passaram a apostar na queda do dólar.

Fundos nacionais também reduziram em mais de US\$ 8 bilhões as apostas em derivativos contra o real, ajudando o dólar a acumular baixa de 5,3% em dezembro. O ambiente de alta liquidez na economia mundial, o aumento da alocação de estrangeiros em emergentes e a atuação mais intensa do Banco Central no câmbio, com leilões extras de swap, estão entre os fatores que levaram a esta redução de apostas contra o real. “Tanto os estrangeiros quanto os fundos locais estão diminuindo as posições compradas”, destaca a economista-chefe da

Armor Capital, Andrea Damico. “Está tendo uma pressão vendedora nos derivativos.”. Em dólar futuro, os fundos locais estavam na segunda-feira vendidos em um total de 175 mil contratos. Estas apostas foram sendo reduzidas nos últimos dias, mas eles voltaram a elevar estas posições, para 68 mil papéis, refletindo o último comunicado do BC e o anúncio de leilões extras de swap cambial.

Bahia Econômica

Data: 14/12/2020



ECONOMISTAS AUMENTAM TOMBO DO PIB DESTE ANO PARA 4,41%

admin 14 Dezembro, 2020

Os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB), deste ano, de 4,40% para 4,41% na semana passada. O mercado manteve em 3,50% a sua estimativa média de expansão do PIB para 2021.

O mercado também reduziu a taxa de câmbio no fim de 2020 de R\$ 5,22 para R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, a estimativa caiu de R\$ 5,10 para R\$ 5,03 por dólar.

Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 recuou de US\$ 58 bilhões para US\$ 57,63 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado permaneceu em US\$ 56,50 bilhões de superávit.

A previsão para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano caiu de US\$ 43,15 bilhões para US\$ 41,30 bilhões. Para 2021, a estimativa ficou estável em US\$ 60 bilhões.

As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório “Focus”, divulgado nesta segunda-feira (14) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Bahia Econômica

Data: 11/12/2020



GOVERNO DEFINE META FISCAL DE DÉFICIT DE R\$ 232 BILHÕES EM 2021

admin 11 Dezembro, 2020

O governo decidiu enviar ao Congresso uma meta fiscal para 2021 de um déficit de R\$ 232 bilhões, informou o blog de Ana Flor, no G1. O número é fechado pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), comandada pela Casa Civil.

A primeira discussão, desde que a equipe econômica passou a estudar qual meta fiscal estabelecer para o ano posterior ao orçamento de guerra da pandemia, era de um déficit em torno de R\$ 210 bilhões. Mas o fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter autorizado o pagamento de restos a pagar de 2020 ao longo do próximo ano ampliou a previsão de despesas.

Quando enviou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em abril, o governo propôs ao Congresso que 2021 tivesse uma meta fiscal flexível, pela indefinição de como a economia reagiria no pós-pandemia. O TCU, entretanto, exigiu uma meta fixa. A LDO deve ser votada pelo Congresso no próximo dia 16.

Foto: Reprodução/Fecomércio MG

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12 a 14/12/2020	Caderno: Economia



IOF volta a ser cobrado e encarece empréstimos e financiamentos

Decreto publicado pelo governo antecipa fim da isenção de cobrança de imposto, que iria até 31 de dezembro, para bancar contas de luz do Amapá

Felipe Siqueira , O Estado de S.Paulo

27 de novembro de 2020 | 17h22

Previsto para ficar zerado até 31 de dezembro deste ano, o **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** voltou a ser cobrado após decreto do governo federal, que instituiu novamente as alíquotas a partir de 26 de novembro.

As alíquotas do IOF são de no máximo 3% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas ao ano
Foto: Tiago Queiroz/Estadão

No início da pandemia, em abril, o governo zerou a incidência de IOF, postergando a ação por duas vezes, em julho e outubro, passando o prazo final para dezembro. A justificativa para suspensão da medida é subsidiar a **medida provisória que isenta moradores** do **Amapá** de pagarem contas de luz, contando 30 dias para trás da publicação da MP. O Estado **enfrentou um apagão durante 21 dias neste mês**.

A medida vai ajudar as contas públicas com a questão do subsídio no Amapá, mas, em contrapartida, de acordo com o advogado e professor de direito tributário da FGV/Rio Gabriel Quintanilha, várias "bolas de neve" econômicas serão criadas, começando pela retomada do comércio. "Pode prejudicar a retomada, porque o crédito passa a ficar mais caro", diz.

As alíquotas do IOF são de no máximo 3% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas ao ano. Há dois "tipos" de IOF pagos em uma operação. A primeira alíquota é paga no ato - 1,5% para empresas e 3% para consumidores. O segundo é o diário - 0,0041% ao dia para empresas e 0,0082% para consumidores. Essa segunda alíquota é

liquidada durante o período de pagamento dos empréstimos e é multiplicada pelo tempo vigente.

Promoções de crédito e financiamentos, por exemplo, podem perder o lado atrativo, já que, com o IOF, essas modalidades ficam mais caras. O professor pondera, porém, que o imposto não incide em financiamento imobiliário residencial para pessoas físicas, mas recai sobre imóveis comerciais, por exemplo.

Um outro ponto destacado pelo especialista em direito da FGV/Rio é a tomada de empréstimo por parte de pessoas jurídicas. Segundo ele, nesta época do ano, empresas costumam pegar crédito para pagamento de 13º, ainda mais em um ano que a pandemia fez com que muitas tivessem receitas reduzidas. "O dinheiro poderia ser utilizado para geração de caixa para as empresas, frente às despesas, mas todo esse cenário de IOF gera desestímulo ao empréstimo", explica.

"Quando quer baratear o crédito, reduz a alíquota, como fez no início deste ano. Mas, aparentemente, o governo não tem mais interesse nesse crédito barato, agora desestimula", completa o professor.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12 a 14/12/2020	Caderno: Economia



IOF volta a ser cobrado e encarece empréstimos e financiamentos

Decreto publicado pelo governo antecipa fim da isenção de cobrança de imposto, que iria até 31 de dezembro, para bancar contas de luz do Amapá

Felipe Siqueira , O Estado de S.Paulo

27 de novembro de 2020 | 17h22

Previsto para ficar zerado até 31 de dezembro deste ano, o **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** voltou a ser cobrado após decreto do governo federal, que instituiu novamente as alíquotas a partir de 26 de novembro.

As alíquotas do IOF são de no máximo 3% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas ao ano
Foto: Tiago Queiroz/Estadão

No início da pandemia, em abril, o governo zerou a incidência de IOF, postergando a ação por duas vezes, em julho e outubro, passando o prazo final para dezembro. A justificativa para suspensão da medida é subsidiar a **medida provisória que isenta moradores** do **Amapá** de pagarem contas de luz, contando 30 dias para trás da publicação da MP. O Estado **enfrentou um apagão durante 21 dias neste mês**.

A medida vai ajudar as contas públicas com a questão do subsídio no Amapá, mas, em contrapartida, de acordo com o advogado e professor de direito tributário da FGV/Rio Gabriel Quintanilha, várias "bolas de neve" econômicas serão criadas, começando pela retomada do comércio. "Pode prejudicar a retomada, porque o crédito passa a ficar mais caro", diz.

As alíquotas do IOF são de no máximo 3% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas ao ano. Há dois "tipos" de IOF pagos em uma operação. A primeira alíquota é paga no ato - 1,5% para empresas e 3% para consumidores. O segundo é o diário - 0,0041% ao dia para empresas e 0,0082% para consumidores. Essa segunda alíquota é

liquidada durante o período de pagamento dos empréstimos e é multiplicada pelo tempo vigente.

Promoções de crédito e financiamentos, por exemplo, podem perder o lado atrativo, já que, com o IOF, essas modalidades ficam mais caras. O professor pondera, porém, que o imposto não incide em financiamento imobiliário residencial para pessoas físicas, mas recai sobre imóveis comerciais, por exemplo.

Um outro ponto destacado pelo especialista em direito da FGV/Rio é a tomada de empréstimo por parte de pessoas jurídicas. Segundo ele, nesta época do ano, empresas costumam pegar crédito para pagamento de 13º, ainda mais em um ano que a pandemia fez com que muitas tivessem receitas reduzidas. "O dinheiro poderia ser utilizado para geração de caixa para as empresas, frente às despesas, mas todo esse cenário de IOF gera desestímulo ao empréstimo", explica.

"Quando quer baratear o crédito, reduz a alíquota, como fez no início deste ano. Mas, aparentemente, o governo não tem mais interesse nesse crédito barato, agora desestimula", completa o professor.



Maia diz que reforma tributária tem votos para ser aprovada, mas 'vitória' não será dada a ele

Segundo o presidente da Câmara, proposta tem seu 'carimbo' e não vai ser votada porque é a 'reforma do Rodrigo Maia'; ele também disse que governo está fazendo manobras para enfraquecê-lo

Anne Warth e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

11 de dezembro de 2020 | 20h36

BRASÍLIA - O presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, disse nesta sexta-feira, 11, que a **reforma tributária** não será aprovada neste ano porque a proposta tem seu “carimbo” e o governo não quer dar a ele essa vitória.

Isso porque o governo quer derrotar o candidato, a vir ser apoiado por Maia, à sucessão da Câmara. “A reforma tributária está pronta, **tem voto** e não vai ser votada porque é a reforma do Rodrigo Maia. Só por isso”, disse o deputado durante o evento do **Lide**, empresa fundada pelo governador de **São Paulo, João Doria (PSDB-SP)**, adversário político do presidente **Jair Bolsonaro**.

Segundo Maia, a indústria apoia a unificação de vários impostos no **IVA** para dar competitividade ao setor, ainda que o setor de serviços tenha críticas à proposta.

“Estamos abrindo mão de fazer uma reforma que até a esquerda quer votar porque vai dar a vitória ao Rodrigo Maia”, disse ele, explicando que aproveitaria o evento para “prestar contas”. “Não vamos ter reforma tributária do IVA por briga política.”

A reforma tributária em tramitação na Câmara (PEC 45) substitui 5 tributos (**IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS**) pelo **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)**. A alíquota estimada para não alterar a arrecadação é entre 20% e 25%. A receita é compartilhada entre **União**, Estados e municípios. A proposta prevê cobrança não cumulativa (quem está no meio da cadeia recebe como crédito o que foi pago pelo

fornecedor) e com desoneração de investimentos e exportações. Haveria ainda um tributo federal seletivo sobre cigarros e bebidas.

Maia disse que “nenhum parlamento no mundo conseguiu construir com tanta agilidade, e modéstia à parte, com tanta competência, uma emenda constitucional para dar todas as condições para que o governo pudesse enfrentar a pandemia, que foi a PEC da guerra”. O orçamento de guerra permitiu ao governo gastar mais neste ano sem as "amarras" das regras fiscais. A previsão é que o rombo nas contas públicas seja de R\$ 844,6 bilhões neste ano.

Ele se disse "assustado" pelo fato de que o governo tenha atrasado a votação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial**, que tinha o papel de dar tranquilidade para a transição rumo a 2021, acabando com a PEC da guerra e suas despesas extraordinárias e o estado de calamidade em razão da pandemia da covid-19.

“Para esse governo é uma incoerência falar em calamidade, porque até hoje ele não reconheceu que há uma pandemia e que as pessoas estão morrendo”, afirmou. A ideia, segundo ele, era criar um espaço para aumentar a abrangência do **Bolsa Família** e garantir a redução do déficit primário (o rombo nas contas) ao longo dos próximos anos.

“Não temos só o problema do teto de gastos, nós temos o problema do déficit primário e da dívida pública, e essa trajetória tranquila não está tranquila”, disse. Maia disse que o teto de gastos, entre a metade do ano passado e a deste ano, foi corrigido em 2%, enquanto o salário mínimo, que indexa boa parte das despesas, terá alta de 5% - uma diferença de 3% em termos reais.

Corte de gastos

Ainda sobre a PEC emergencial, que prevê medidas de corte de gastos, Maia disse que o governo fez um “cambalacho” para tirar o texto da Câmara e levar ao Senado apenas para tentar enfraquecer a Casa. “Até o que é emergencial não é votado no Brasil”, disse ele, ressaltando ser menos otimista que **André Esteves**, sócio do **BTG Pactual**.

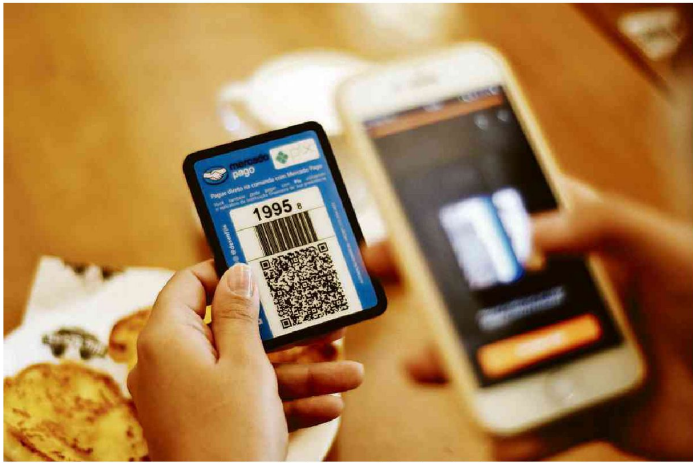
“Agora mais uma vez temos uma decisão do relator (senador **Márcio Bittar**, do MDB-AC) de não votar porque tinha eleição municipal, depois segundo turno, e agora vamos

entrar em um grande abismo fiscal no próximo ano no Brasil porque o que Guedes disse que era emergencial não”, disse Maia.

Para Maia, mesmo com o confronto político, mais uma vez será a Câmara que votará os gatilhos para resolver o problema do endividamento dos Estados e liberar recursos de fundos. Ele disse ter recebido um pedido do senador Márcio Bittar para incluir os gatilhos do teto de gastos no relatório do projeto de lei do antigo **Plano Mansueto**, de autoria do deputado **Pedro Paulo (DEM-RJ)**.

Maia disse não saber se essa proposta é ou não constitucional, mas ressaltou que “não temos outra saída”. Segundo ele, isso permitirá a melhor administração da dívida pública e a liberação de bilhões em recursos empossados.

Maia disse que o setor privado precisa abrir mão dos subsídios a que tem direito, assim como a elite do funcionalismo público, que proporciona salários médios elevados e o atingimento do topo da carreira em cinco anos. “Temos uma péssima qualidade do nosso gasto público”, disse.



Cliente faz pagamento por QR code via Pix na padaria Big Bread, localizada no Tatapé, bairro da zona leste de São Paulo Karine Xavier/Folhapress

Incerteza sobre taxas atrasa adesão ao Pix entre pequenas empresas

Dos 5 maiores bancos do país, apenas 2 divulgaram quanto cobrarão pelo serviço para PJ's

Isabela Bolzani e Júlia Moura

SÃO PAULO Apesar de o Pix estar operante desde de 16 de novembro, são poucos os pequenos e médios empresários que já oferecem o método de pagamento aos seus clientes ou que começaram a adaptar seus sistemas à modalidade.
'Ainda existe muita dúvida com relação às taxas e tarifas que serão cobradas na modalidade', afirmou o gerente executivo da CNPL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas), Daniel Sakamoto.
Dos cinco maiores bancos, apenas Bradesco e Itaú informaram qual será o custo do Pix para contas de pessoas jurídicas depois de um período promocional de 30 dias (1,40% e 1,45%, respectivamente). Entre os seis maiores adquirentes, apenas duas já anunciaram o custo da cobrança por Pix por meio da maquininha, que variam de 0,99% (Mercado Pago) a de até 1,89% (PagSeguro).
A maioria das instruções com esse efeito de seis meses de isenção para os empresários que querem oferecer o Pix como meio de pagamento.
'Não sabemos quanto vão cobrar da gente. Enquanto não definirem tarifas, não temos como saber se vamos adquirir. Tem empresa que cogita cobrar 1,49% por Pix, que é mais caro que o débito. Isso precisa ser definido. Como usar algo que não sabemos o custo?', questiona Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação dos restaurantes).
Apesar da incerteza quanto a cobrança no futuro, os valores já divulgados são menores do que os cobrados para transações de crédito ou débito, que variam de 1,69% a 6,42%.
'Não me passaram taxa nenhuma. Se for menos que cartão, a gente pode sentir e conversar', afirma Sheila Simantob Fridman, dona de uma loja de roupas femininas em Alphaville (SP).
A empresária, que tem cerca de 80% do seu recebimento em crédito, não sabia que as maquininhas podem processar pagamentos por Pix. Segundo ela, nenhuma cliente pediu para pagar pelo siste-

ma até o momento.
Segundo Tito Bessa Júnior, dono da rede TMC e presidente da Ablos (Associação Brasileira dos Lojistas Satélites), cerca de 70% do recebimento dos lojistas é no crédito.
'Se a loja não tem Pix, não faz diferença no momento. Os clientes que querem pagar com esse meio são poucos e, se o lojista não aceita, ele paga com cartão', afirma.
Ele conta que, por ser um sistema novo, muitos empresários têm dúvidas e inseguranças em relação a fraudes.
'Agrade a maioria das lojas pequenas não está preparando para o Pix. Na TMC, existem empecilhos, estou negociando contratos, mas não é uma prioridade. Vai começar no próximo ano. O Pix alivia os custos, mas, se não tiver parcelado, não vai ajudar a vender mais'.
Pesquisa da Stone feita com 1.065 mil lojistas de todas as regiões do Brasil entre 1 e 6 de novembro aponta que 77% ainda não estavam ou não sabiam se estavam preparados para incorporar o novo sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central e 36% o desconhecem.
No levantamento, 37% dos empreendedores se sentem

inseguros em relação ao Pix. As principais dúvidas são sobre segurança (38,8%), usabilidade (34,9%), funcionalidade (30%) e custos (47,1%). Apenas 16,2% dos entrevistados se disseram esclarecidos.
Dentre grandes varejistas, o cenário é diferente. Carrefour, Grupo São de Açúcar, Raia Drogasil, Grupo Guararapes e Petz, por exemplo, já aceitam Pix como forma de pagamento em todas as suas lojas físicas.
Segundo Antônio Wagner Neves, presidente da franquia de lanchonetes The Burgers, o único impedimento para os pequenos e médios empresários adotarem o Pix é a falta de demanda e conhecimento dos clientes.
'Precisa ter procura. Eu como pessoa física já faço transferências pelo Pix, mas a maioria dos meus clientes ainda não. Meu público é classe C, não sabe o que é Pix. Para impulsionar o recebimento via Pix, o empresário Igor Hadad Macarios, dono da Loja Magui, de vestuário, ensina seus clientes a utilizarem a tecnologia.
'Com a liberação do Pix, gravamos um vídeo em parceria com a Stone para explicar como funciona e já temos clientes se cadastrando, usando e adotando', diz Macarios.
Ele conta que fez cerca de dez vendas pelo novo sistema.
'Para o lojista, faz diferença o dinheiro cair na hora. É mais fácil que cobrar no boleto'.
Segundo o presidente da Al-Shop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), Nabil Siboun, existe um problema de desconhecimento também por parte dos lojistas.
'Tudo é muito novo e as empresas ainda estão adaptando os seus sistemas ou tentando entender como a demanda do consumidor será, principalmente: agora no Natal. Muitos também não têm uma compreensão total do modelo, mas é questão de tempo'.
Luciano Antônio Haladade Carvalho, 35, proprietário da padaria Big Bread em São Paulo, afirma que oferece o Pix como forma de pagamento aos seus clientes desde o seu lançamento e que já nota diferença na caixa.



A empresária Sheila Fridman Zanone Frazon/Folhapress

Custo do Pix para pessoas jurídicas

Table with 4 columns: Banco, Custo do Pix a partir de % por transação, Custo do débito a partir de % por transação, and Custo do crédito a partir de % por transação. Rows include Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Caixa, Cielo, Rede, Getnet, PagSeguro, Stone, Mercado Pago.

*A companhia também poderá cobrar uma taxa de 2,99% por parcela no crédito parcelado. Fontes: adquirentes e bancos.

'O funcionário mais caro que temos na empresa é a credenciadora porque, mesmo quando negociamos os preços, as taxas de débito e crédito são bem maiores. E como o nosso volume de vendas é alto, uma redução nesse custo acaba sendo significativa'.
Os clientes da Big Bread podem pagar pelo que consumiram direto na contagem, que conta com um QR Code e um código de barras. 'A participação da modalidade nas vendas ainda é baixa, mas vemos uma demanda crescente. As pessoas já começam a se interessar e a querer experimentar', disse Carvalho.

Bancos esperam adesão maior no próximo ano

SÃO PAULO O setor bancário aponta que existe um volume significativo de companhias que estão em processo de adaptação para adotar o Pix.
'Estamos em um processo de adesão, de conhecimento do próprio produto. A percepção também é de um consumidor ainda tímido no uso da solução', afirma o gerente executivo da diretoria de meios de pagamentos do Banco do Brasil, Gustavo Milari.
Para o diretor de digital cash management do Itaú BBA, Marcos Cavagnoli, parte do motivo pelo qual as companhias ainda não aderiram completamente à nova modalidade é a proximidade do final de ano.
'Vamos muitas empresas se movimentando na direção de implementar o Pix, mas com processos que só iniciam em janeiro ou fevereiro, depois desse congelamento de investimentos e implementações tecnológicas', afirmou.

Dados do BC apontam que 44 milhões de pessoas e quase 3 milhões de empresas fizeram o cadastro, que começou em 5 de outubro.
'O número de operações que nós temos diários hoje, honestamente, que a gente atingiu em algumas semanas', disse Roberto Campos Neto, presidente do BC, na última quarta-feira (12).
'Atendência é de crescimento. As pessoas podem esquecer a carteira, mas não esquecem o celular. Tínhamos uma projeção bem no início que considerava que o Pix teria cerca de 15% a 20% de participação nas transações dentro de 5 a 10 anos, mas acredito que pode ser muito mais rápido do que isso', afirmou o diretor de carteira digital do Mercado Pago, Rodrigo Furiato.
Segundo o superintendente do departamento de produtos e serviços do Bradesco, José Henrique Simões Camargo, outro fator que também deve impulsionar a modalidade a partir do ano que vem é a criação de novos produtos a partir do Pix.
'Queríamos determinar o uso e o crescimento desse sistema e o consumidor final. Mas a partir de 2021, outras novidades devem surgir com o Pix, como o saque no varejo. São movimentos que dão velocidade à adesão do sistema', disse Camargo.

Pesquisa do banco digital B5a em parceria com o Opinion Box mostra que entre as principais vantagens do Pix percebidas pelos empresários estão o menor custo (49%), praticidade e recebimento ágil de pagamento (47%), realização de pagamentos a qualquer hora do dia (45%) e nos fins de semana (38%).
'Analisando que os empreendedores enxergarem as vantagens que o Pix pode trazer para o seu negócio, eles não só tendem a aderir como a priorizá-lo', afirma Breno Guelman, gerente da área voltada a empresas do B5a.
IB e JM

mercado

PAINEL S.A. Ricardo Balthazar (interior) painel@grupofolha.com.br

Reações em cadeia

A desorganização econômica causada pela pandemia do coronavírus ainda faz com que 77% das micro e pequenas indústrias de São Paulo sofram com falta de matéria-prima, 70% recebam insumos com atraso e 91% com preços mais altos, segundo pesquisa encomendada pelo Simipi-SP, sindicato da categoria, e realizada pelo Datafolha no fim de novembro. Conforme a sondagem, 41% dos pequenos industriais viram clientes faltando ou entrando em recuperação judicial nos últimos meses.

PARA TODOS Para o presidente do Simipi SP, Joseph Couri, os dados revelados pela pesquisa indicam que há dias e semanas produtivas riscadas de substabelecimento. Grandes empresas também têm sofrido com esses efeitos da pandemia, como as montadoras de automóveis, que devem frear a produção por falta de peças.

LADO A LADO A Sabesp resolveu ajudar a constituir uma cooperativa para coleta de lixo no recôndito do Jardim São Luis, bairro da zona Sul de São Paulo, como parte do projeto de despoluição do rio Pinheiros. Iniciada pelo governo do estado no ano passado, as obras devem ser concluídas em março do ano que vem.

GAÍO VAZIO Rafael Cagrín, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, diz que houve grandes cortes de produção no início da crise, quando havia maior incerteza sobre os efeitos da pandemia. Os estoques das empresas diminuíram, e elas ainda não produzem no ritmo necessário para repor-los.

GRÃO EM GRÃO Segundo a Companhia Estadual de Planejamento, moradores e catadores resgataram e sobresselaram míseros locais e acumularam saldo em um cartão de débito que será administrado por independentemente de qual seja a instituição de recebimento. Diferentemente de outras operações, o Pix facilitará horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados.

MONOS FUMAÇA O tombou sofrido pelo turismo com a pandemia fez cair também o consumo de tabaco na Espanha. A venda de cigarros nos principais destinos turísticos do país caiu 40% na crise do coronavírus, segundo a Mesa del Tabaco, entidade espanhola que representa fabricantes, importadores, varejistas e centrais sindicais do setor.

PASE DE TESTES Ainda é incerto o efeito que as mudanças introduzidas pela nova Lei de Licitações no seguro-garantia para grandes contratos no mercado de obras públicas. Não há grandes projetos à vista para colocar as inovações à prova, e as maiores empresas do setor enfrentam sérias dificuldades financeiras.

ESPERANÇAS PARA VER André Rosillo, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, lembra que o seguro, que pode representar até 30% dos contratos de valor acima de R\$ 200 milhões, irá encarecer as obras. "Ele pode ser importante para evitar nos esqueletos, mas não é uma panaceia e pode excluir em presenças concorrenciais", diz.

PORTAS ABERTAS Para Cassio Amara, sócio do escritório Mattos Filho, as mudanças atrairão novos atores para o setor, como empresas estrangeiras e fundos de investimento internacionais. "Haverá um filtro, não uma barreira", diz. Aprovada pelo Senado na quinta (te), a nova lei ainda depende da sanção do presidente Jair Bolsonaro.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



*O prazo da competência de novembro varia em 18 dias para empregados e pessoas físicas, vence em 15 out.

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045,50
Valor máx. R\$ 1.045,50

Alíquota
Até R\$ 1.045 75%
De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,00 9%
De R\$ 2.089,01 até R\$ 3.134,00 12%
De R\$ 3.134,01 até R\$ 4.178,00 14%

O prazo para o empregador de contratar domésticos varia em 18 dias para pessoas físicas, vence em 15 out.

A guia de pagamento dos empregados inclui a contribuição previdenciária e o seguro contra acidentes. A contribuição previdenciária dos empregados domésticos pode ser descontada de seu salário.

Especialistas divergem sobre riscos à segurança de transações com o Pix

Febraban afirma que os cuidados que os usuários precisam ter com o novo sistema são os mesmos que devem ter com outras transações

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Como outras transações financeiras, o Pix oferece riscos à segurança que vão desde golpes virtuais a assaltos e sequestros-relâmpago. Especialistas, no entanto, divergem quanto ao grau de exposição que a ferramenta oferece em comparação a outras operações, como TED e DOC.

O novo sistema, que entrou em operação em 16 de novembro, permite fazer pagamentos e transferir dinheiro para outra pessoa ou empresa de maneira instantânea (em menos de dez segundos) e independentemente de qual seja a instituição de recebimento. Diferentemente de outras operações, o Pix facilitará horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados. Para fazer uma transferência, basta saber a chave Pix do titular da conta de destino, que pode ser um número de telefone, um e-mail ou um CPE. Não há limite de valor máximo, embora um teto possa ser estabelecido pela instituição financeira.

Para João Vasconcelos Neto, especialista em direito bancário e do consumidor e membro da comissão de direito do consumidor da OAB/SP-Santos, o Pix poderia oferecer mais segurança ao usuário para o caso de riscos de assalto e sequestro-relâmpago. Segundo ele, o Pix, apesar de benéfico, precisa oferecer mais proteção ao usuário, que sofre assaltos ou sequestros pela ferramenta, pode não ser ressarcido.

"Haveria algum seguro embutido, direto com a instituição financeira ou o Banco Central, para que esses casos eventuais que podem ocorrer a consumidor possa recorrer a algum mecanismo", disse Vasconcelos Neto. O advogado entende que, caso o usuário sofra um assalto ou situação em que criminoso o obrigue a fazer a transferência na hora, será difícil garantir o ressarcimento dos valores perdidos. "Apesar de o serviço ser um avanço, entendo que as autoridades, inclusive o Ban-

co Central, deveriam adotar medidas de segurança", afirma Vasconcelos. Já outros especialistas ouvidos pela Folha dizem que o serviço não oferece maiores riscos do que os já existentes anteriormente com outras operações financeiras, como transferências via TED e DOC. "O que já existia antes continua existindo, não ficou maior [o risco] porque o TED de transação vai de dez minutos, e agora o Pix demora menos. Não faz diferença na cabeça do ladrão", afirma o advogado Marcos Vinício Raiser da Cruz, especialista em direito bancário.

Uma forma de minimizar os riscos, segundo ele, é a diminuição dos limites de transação, que podem ser feitas pelo próprio usuário. "O Banco Central permite que os correntistas possam determinar ao seu banco os limites de transação. Se tem preocupação de ser assaltado, pode entrar no banco e não quer que transações acima de tal valor sejam feitas, apenas 'pessoalmente'", diz Marcos Vinício.

O raciocínio é semelhante ao de Leandro Vilani, diretor de inovação, produtos e serviços bancários da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). Ele afirma que caso algum usuário seja vítima de assalto ou de sequestro-relâmpago, situação em que o criminoso o obrigue a realizar uma transferência por Pix, Vilani diz que é provável que o sistema automaticamente bloqueie qualquer operação feita pelo usuário. "Pode demorar até 30 minutos para liberar, ou se for fim de semana, até uma hora. O banco pode monitorar e dizer que normalmente o usuário não faz aquele tipo de operação", afirmou o diretor da Febraban.

Além disso, caso a vítima sofra um assalto, não significa necessariamente que vá ter prejuízo. A recomendação é sempre procurar o banco e mais rapidamente possível em qualquer eventualidade para bloquear a transação e conseguir o estorno do débito.

"As áreas de segurança dos bancos têm protocolos para tentar reverter o envio do dinheiro e mais rígido possível, para que rapidamente possam comunicar as autoridades", disse Vilani.

Os bancos possuem protocolos que buscam bloquear transferências via TED e DOC. "É mais importante nesse caso, segundo os especialistas. Existe um nível de segurança de quando o banco faz a automação, a transação é rastreada, todos os envolvidos serão identificados e responderão pelos delitos", acrescentou.

A Febraban aponta que os cuidados que as pessoas precisam ter com relação ao Pix são os mesmos recomendados para a sua conta bancária, como evitar locais perigosos e seguir todos os procedimentos para priorizar sua segurança física. Logo na primeira semana de funcionamento do Pix, a empresa de segurança digital Kaspersky identificou mais de 100 novos domínios maliciosos e duas grandes campanhas de disseminação de phishing fraudes de roubo de dados pessoais e financeiros). Os criminosos criam essas páginas falsas para roubar informações de acesso ao Pix das vítimas, como número de conta, CPF e senha. De acordo com Fabio Assolini, analista de segurança sênior da empresa no Brasil, desde outubro, 220 domínios maliciosos usando o termo "Pix" foram identificados e bloqueados pela Kaspersky, uma atividade que vem se intensificando. "No fim de três dias após o início de uma campanha de roubo de dados pessoais e financeiros), os criminosos criam essas páginas falsas para roubar informações de acesso das vítimas, como número de conta, CPF e senha.

B3 vai deixar de cobrar tarifas de manutenção de contas para investidores pessoas físicas

SÃO PAULO A Bolsa de Valores Brasileira não irá mais cobrar tarifas de pessoas físicas para manutenção de contas. Atualmente a taxa é de R\$ 9,28. A B3 também afirmou que reduzirá as tarifas de negociação e pós-negociação. As mudanças são parte da nova política de tarifação da B3 e terão validade a partir de 2 de fevereiro de 2021. Segundo a companhia, as alterações devem reduzir as cobranças na negociação e na custódia de valores no mercado de renda variável.

A implementação completa do novo modelo de tarifação ainda terá data divulgada. Considerando os dados de abril a junho deste ano — em termos atualizados —, caso esse modelo de tarifação intermediária já estivesse em vigor, o impacto nas tarifas pagas pelos clientes da B3 seria uma redução de aproximadamente R\$ 250 milhões. Em relação às taxas de negocia-

ção e pós-negociação para pessoas físicas e demais investidores (inclusive estrangeiros), a B3 afirmou que as operações que não sejam feitas no mesmo dia (day trade) terão tarifa de 0,23% sobre o volume negociado e que não haverá mais a variação da taxa de acordo com o volume total do mercado. Atualmente, a taxa dessa operação é de 0,2345% e há a variação da taxa de acordo com o volume. No caso das operações de day trade, a taxa ficará em 0,23% sobre o volume negociado e haverá uma redução adicional para todos os tipos de investidores que negociarem mais de R\$ 1 milhão em ações à vista. Também haverá o fim da variação da taxa de acordo com o volume total. Adicionalmente, a taxa é de 0,235% sobre o volume negociado e a redução adicional é apenas para quem negocia mais de R\$ 4 milhões em ações à vista.

ROUBO DE DADOS

A Kaspersky identificou mais de 100 novos domínios maliciosos e duas grandes campanhas de disseminação de phishing fraudes de roubo de dados pessoais e financeiros). Os criminosos criam essas páginas falsas para roubar informações de acesso das vítimas, como número de conta, CPF e senha.

cotidiano

Dinheiro da educação, R\$ 332 m do Fundeb vão para mãos de advogados

Pagamentos feitos em contratos sem licitação são alvos de TCU e Ministério Público

Ranier Bragon e Vinicius Sassiné

BRASÍLIA Apesar da crônica falta de recursos para educação, pelo menos R\$ 212 milhões de dinheiro público que deveriam ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica acabaram destinados a escritórios de advocacia contratados por prefeituras em vários estados.

O TCU (Tribunal de Contas da União) já identificou, em um conjunto de auditorias, pagamentos indevidos de honorários que somam R\$ 254,6 milhões. No entendimento da corte, o dinheiro deveria ter sido destinado à educação básica, não a advogados.

Mais de cem tomadores de contas especiais foram instauradas para tentar reaver o dinheiro, 68 somente nestes meses — esse processo busca mapear o destino dos recursos para, no fim, tentar garantir seu uso na educação.

O valor apontado pelo TCU se refere a gastos até 2018. A Folha apurou que pelo menos R\$ 91 milhões de dinheiro público foram destinados a advogados em 2019 e mais R\$ 16 milhões até setembro deste ano, o que eleva os honorários indevidos a R\$ 332 milhões.

Um único escritório é responsável por mais da metade dessa bolada, R\$ 188 milhões.

TCU, PCR (Procuradoria Geral da República) e decisões judiciais diversas, incluindo do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), já sacramentaram o entendimento de que os pagamentos são ilegais. Investigações apontam a existência de fraude, em razão da deliberada dispensa de licitação para a contratação dos escritórios.

O caso teve início no final dos anos 90 e envolve as bilhões cifras do antigo Fundeb, hoje Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), a principal fonte de financiamento da educação no Brasil. O Ministério Público Federal moveu em 1999 ação apontando erro de cálculo do repasse das verbas do Fundeb para estados e municípios, o que levou à condenação da União, em caráter definitivo, 16 anos depois, em 2015.

De acordo com cálculo atualizado para 2017, o passivo devido a governos e prefeituras chegava a R\$ 95 bilhões. Já foram emitidos mais de R\$ 6 bilhões em precatórios (o reconhecimento oficial da dívida,

que é inviável haver concorrência pública).

A recomendação sempre foi para as prefeituras receberem as verbas por meio de ações movidas pelo Ministério Público ou por órgãos judiciais próprios das cidades, sem gasto com honorários.

Alfabetização dos valores aos advogados também foi ponto ressaltado, já que estão bem acima da realidade das pequenas prefeituras e do preço de mercado, em alguns casos superando em 3.000% os valores cobrados normalmente.

Em outubro deste ano o TCU concluiu uma mega auditoria que durou dois anos e envolveu mais de 300 municípios de 12 estados brasileiros, 11 de de Nordeste e Norte: Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pará, Amazonas e Minas Gerais. O acordo aprovado, relatado pelo ministro Walton Alencar, fala em risco de desvio bilionário do dinheiro da educação.

Entre as principais irregularidades apontadas está o direcionamento de verba da educação para atividade estranha à área — “o pagamento de honorários de advocacia com verbas consorciadamente gravadas com finalidade específica é ilegal, inafiançável e inconstitucional”, afirma o procurador-geral da República, Augusto Aras, contestou e lembrou em um agravo em

setembro que o plenário do STF já decidiu serem inconstitucionais faturas do fundo da educação para honorários. Essa posição é a mesma expressada pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, no final de 2018. Centenas de pareceres, em casos individuais, foram proferidos pela PGR a favor da vedação do dinheiro aos escritórios.

Mesmo assim, advogados continuam sendo beneficiários de faturas do Fundeb em 2020 e em 2021. É o que mostram dados reunidos pelo Conselho da Justiça Federal e liberados pelo TCU num painel para consulta pública.

Isso ocorre em razão de decisões de juízes e tribunais estaduais favoráveis aos processos movidos pelas prefeituras em parceria com advogados. Um único escritório, o João Azêdo e Brasileiro Sociedade de Advogados, foi contratado por mais de cem municípios que têm direito a receber bilhões de reais do Fundeb. O painel do TCU registra pagamento de honorários de R\$ 188 milhões ao escritório entre 2016 e 2020. Tomadas de contas do TCU pedem a devolução de parte desse dinheiro.

A Folha, o advogado João Ulisses Azêdo disse que os dados são “falaciosos” e que se referem a precatórios expedidos, mas não necessariamente pagos. “É a única coisa

que vou dizer nas tomadas de contas: não recebemos nada.” O Ceará é o estado que mais direcionou dinheiro do Fundeb a advogados, o TCU, em um total de quase R\$ 122 milhões. Prefeitos firmaram um convênio com a Aprece, a associação de municípios, que contratou a Smart Consultoria e Representações e a PGA Assessoria Técnica Jurídica.

Essas duas empresas subcontrataram escritórios de advocacia, alguns ligados a elas próprias, para moverem as ações em nome das prefeituras. Os honorários de 20% foram divididos entre os advogados (15%) e a Aprece (5%).

O relatório de auditoria do TCU aponta o pagamento de “quantias verdadeiramente extravagantes”, em “forte agressão a princípios constitucionais básicos, como os da razoabilidade e moralidade”.

Destinatário de honorários de R\$ 25 milhões, de acordo com o TCU, o advogado Zuelington Queiroga Freire, que figura como sócio proprietário da Smart Consultoria, afirmou apenas que a contratação jurídica da época em que os pagamentos foram feitos não apresentava restrições.

O advogado Thales Catunda de Castro figura como beneficiário de R\$ 7 milhões, relativos a 10 precatórios. Ele disse que todo o dinheiro recebido foi regular, autorizado pela justiça, e condizente com o serviço prestado.

“Trabalhamos com total boa fé nesse processo, demonstramos 14, 15 anos para receber algum valor, pagos por meio de decisão judicial”.

Thales afirma que as ações foram protocoladas em 2014 e que durante vários anos não houve interpretação de que os precatórios estavam vinculados ao Fundeb, mas, sim, representavam dívida devida aos municípios, sem ligação específica com a educação.

Ele ressalta ainda que os valores recebidos foram justos porque se referem a um grupo de advogados que trabalhou nos decretos de municípios por mais de 15 anos.

José Irineu de Carvalho, contador econômico e financeiro da Aprece, afirmou que o percentual da entidade foi retirado dos honorários dos advogados e que tudo foi feito de forma legal, sendo que os primeiros questionamentos só começaram a ocorrer 12 anos após o ingresso das ações. “Sem as ações, os municípios não teriam recebido nada. Sem os advogados, não haveria os recursos”.

que contrária: oferecer alternativas, avaliar permanentemente e comparar resultados.

Há, neste debate, um imperativo de equidade. Abrir a possibilidade de maior envolvimento da sociedade civil na oferta de educação pública amplia a possibilidade de acesso gratuito dos alunos mais pobres a um leque competitivo de escolas, dentre elas aquelas que habitualmente estudam a classe média e quem dispõe de maior renda.

Por fim é preciso dizer que a abertura a parcerias com a sociedade civil, na educação, não é uma iniciativa contra este ou aquele modelo ou forma de pensamento. Ao contrário, significa um convite a incluir, e a trabalhar junto, à quebra das barreiras que hoje separam a educação pública estatal e a sociedade civil, e que apenas aprofundam nossa desigualdade estrutural.

São mudanças que vem em boa hora neste ano difícil de 2020.

Desvios no Fundeb

Escritórios de advocacia ganharam ao menos R\$ 332 milhões de dinheiro público do Fundeb, principal fonte de recurso da educação básica no país

Origem do caso
Em decorrência de ação movida pelo Ministério Público Federal, a União foi condenada em 2015 a ressarcir estados e municípios por erro que cometeu em 1998 a 2006 no cálculo do repasse do Fundeb (hoje Fundeb), fundo que representa a principal fonte de financiamento da educação básica no país

Valor a ser ressarcido aos municípios
R\$ 31,6 bilhões*

Valor já ressarcido
R\$ 9,2 bilhões

Contratos de municípios com escritórios de advocacia
Municípios passaram a contratar, sem licitação, com escritórios de advocacia para mover ações para receber o dinheiro. Os escritórios cobraram, a título de honorário, percentuais que chegavam a 20% do valor recebido

Valor recebido por escritórios de advocacia**
Ao menos R\$ 332 milhões

Desvio
TCU, Procuradoria-Geral da República, outros órgãos de fiscalização e decisões da justiça, incluindo de tribunais superiores, dizem que:

- O dinheiro do Fundeb não pode ser usado para pagamento de honorário advocatício, devendo ser aplicado exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de educação básica
- Cabe ao Ministério Público ou órgãos jurídicos do próprio município moverem uma ação de execução para receber o dinheiro, dispensando o pagamento de honorários
- A contratação de escritórios de advocacia, se necessária, não poderia ser feita sem licitação
- A contratação deveria prever, ainda, honorários fixos (já calculados percentualmente sobre o valor a ser recebido) e em valores de mercado, consideravelmente inferiores aos que efetivamente foram pagos

Valor de honorários advocatícios pagos com dinheiro do Fundeb, por estado



Sala de aula da escola Gedeão Ribeiro na zona rural de Buriti (MA). Avenir Prado - 12.ago.18/Folhapress

Novo Fundeb torna a educação pública mais plural

OPINIÃO

Regina Esteves, Adriano Naves de Brito e Fernando Schiller
Esteves é diretora-gerente do Comitê Brito e secretário Municipal de Educação de Porto Alegre. Schiller é professor do Insper e colunista da Folha

A regulamentação do Fundeb foi aprovada na Câmara e vai esta semana à votação no Senado. O texto consagra não apenas o aumento dos recursos para a educação, como a melhor alocação na busca de eficiência e equidade de oportunidades.

Passo importante foi a aprovação, por ampla maioria, da emenda que permite a inclusão no Fundeb, no limite de 10% das matrículas de cada rede, de alunos de instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias que tenham parceria com os entes públicos.

Trata-se de um avanço na diversificação da oferta de educação pública, gratuita porém não estatal. Permite também que os profissionais de educação que trabalham nestas instituições sejam igualmente valorizados e incluídos nos gastos de pessoal previstos na nova regra do fundo.

A extensão, ainda que modesta, para outros níveis da educação básica é uma possibilidade que estava reservada à educação infantil e pedagógica e financiaramente razoável, além de pertencente coerente com o que determina a Constituição em seu Artigo 213: “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas”.

Os recursos da educação crescerão nos próximos anos e a eficiência na busca por

resultados vai ganhar ainda mais importância. A diversidade de modelos na oferta de educação pública é imprescindível e os gestores locais devem ter alguma autonomia para buscar as melhores soluções, boas redes de ensino sem fins lucrativos, com seu dinamismo, inserção comunitária e capilaridade, e sem contradição com as redes estatais tradicionais, podem sim oferecer qualidade e inovação ao setor público.

Se reconhecemos que boas parcerias com o terceiro setor são positivas na saúde, na cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, assistência social e mesmo na educação infantil, por que não permitir, ainda que de modo limitado, também no ensino básico?

Não se trata de “retirar recursos da escola pública”, mas de ampliar oportunidades de

ensino e o próprio conceito do que é “público”. Público é diferente de estatal. O foco do debate deve ser o resultado para o aluno e não a defesa de este ou daquele modelo de gestão. A experiência brasileira em gestão pública desde a reforma do Estado dos anos 90, e em especial a partir do Marco Regulatório da Sociedade Civil, já foi muito além disso.

Os gestores dos municípios e estados têm a obrigação de buscar as melhores alternativas. Havendo boas instituições sem fins lucrativos que possam melhorar a experiência educacional dos alunos, não se justifica que elas não possam ser consideradas no cálculo dos recursos do Fundeb.

Não faz sentido, no Brasil de hoje, fixar o monopólio de qualquer sistema de gestão educacional, a partir de Brasília. É preciso ir na dire-

Guedes vê principais reformas chegarem ao fim do ano sem avanços e sai em férias

Ministro e Congresso descansam neste mês, e discussões ficam para 2021; PEC Emergencial é adiada

Fábio Pupo, Bernardo Caram e Daniel Carvalho

SÃO PAULO As principais reformas defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Exim) foram adiadas para 2021, após meses de discussões com parlamentares em um ano afetado pela pandemia, pelas eleições, por problemas na articulação do governo e por disputas no Congresso.

A mais recente frustração na agenda econômica foi o abandono da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial pelo relator, o senador Marcio Bittar (MDB-AC). A proposta foi criada por Guedes em novembro de 2019 e poderia, conforme estimativas do ministério, poupar mais de R\$ 30 bilhões em despesas anuais dependendo do formato final.

Nesta sexta (11), Bittar anunciou o adiamento de seu texto para 2021. "Em vista da complexidade das medidas, bem como da atual conjuntura do país, decidi não mais apresentar o relatório da PEC Emergencial em 2020".

"Creio que a proposta será mais bem debatida no ano que vem, tão logo o Congresso retome suas atividades e o momento político se mostre mais adequado. Responsabilidade e cautela são as palavras de ordem", conclui Bittar, que passou meses anteriores em campanha eleitoral no Acre.

A equipe econômica tentava até a véspera do anúncio destruir o relatório de Bittar e, agora, avalia incorporar no Orçamento de 2021 ao menos parte da PEC Emergencial e do relatório do senador que circulou entre líderes ao longo da semana. Com isso, o governo teria algum respiro (embora limitado) para eliminar certas despesas diante de pressões sobre o teto de gastos, como a inflação.

Guedes reclamou da falta de apetite da classe política pelas reformas, em especial do pacote fiscal proposto por ele em novembro de 2019 (do qual faz parte a PEC Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos). Segundo ele, a ausência de aprovações acaba sendo mais um motivo para preservar o teto de gastos.

"A boa política foi muito exercitada diante do problema das dívidas, mas não enfrentou o problema orçamentário com a devida seriedade. Dada essa inapetência, o teto de gastos é só uma bandeira, um aviso, uma promessa dizendo que somos responsáveis, que não vamos gastar muito", disse Guedes em sessão no Congresso nesta sexta.

O adiamento da PEC Emergencial é apenas um de uma série de golpes sofridos pela agenda de Guedes em um ano conturbado.

Outra frustração no ano foi a reforma tributária. A proposta do governo foi escanteada no Congresso. O presidente da comissão sobre o tema, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), anunciou a prorrogação dos trabalhos até 31 de março, adiando as discussões após divergências entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"Considerando o calendário legislativo de dezembro, assim como as eleições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em fevereiro, decidimos, em conjunto, solicitar a prorrogação da Comissão Mista da Reforma Tributária até 31 de março de 2021", afirmou Rocha em rede social.

A reforma administrativa, que prevê gastos com servidores, continua parada desde que foi enviada ao parlamentar (no começo de setembro). Ne-

nhuma privatização de estatal controlada diretamente pelo Tesouro andou nos dois anos de governo, como o próprio ministro lamentou publicamente recentemente.

Nem mesmo o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 foi aprova-

do até agora. O texto estabelece uma meta para as contas públicas no ano que vem e autoriza a execução de despesas. A peça está estacionada no Congresso desde abril, com votação prevista para o dia 16.

Nesse caso, o governo vai fazer uma alteração na pro-

posta anteriormente enviada. Após pressão do TCU (Tribunal de Contas da União), o governo desistiu de uma meta fiscal flexível para 2021 e vai propor ao Congresso um valor fixo, que deve ficar próximo a R\$ 230 bilhões de déficit, segundo fontes da pasta.

Nos últimos meses, foram aprovados no Congresso só temas de menor complexidade da agenda econômica, como a nova lei de falências e o projeto da BR do Mar (este, liderado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas). Em meio ao cenário de pa-

ralisia nas principais discussões, de aproximação do recessão do Congresso (em 23 de dezembro) e do novo comando da Câmara, Guedes vai entrar em período de férias de 18 de dezembro a 8 de janeiro. A autorização foi dada por Jair Bolsonaro e publicada nesta sexta no Diário Oficial da União.

Alia dos de Guedes afirmou à Folha que as férias serão tiradas após um período intenso de trabalho voltado à crise de Covid-19. Afirma que o ministro e sua equipe trabalharam de domingo a domingo em boa parte do ano, como em uma guerra, e que as atividades se prolongavam por mais de 12 horas por dia.

Continua na pág. A19

SOFISTICAÇÃO



PANORAMA

VILA ROMANA

Espaço
167m², 3 suítes, hall privativo, opções de plantas flexíveis.

Conveniência
3 vagas e 1 depósito na garagem.

Lazer
3.600m² de terreno, salão de festas, espaço gourmet, brinco, academia, playground, piscina.

Convívio
Lounge com lanche, bike sharing, pet place.

Bem-estar
Quadra de tênis, Espaço amenities, Fitness, Sala personal, Bicicleta na com oficina.

Localização
Próximo a hipermercados, comércio, escolas, shopping, gastronomia, parques e shows.



167M²

Quem visita o decorado, se apaixonou.

● PANORAMA.SKR.com.br

● R. Coíba 876 | Vila Romana

☎ 11 4188-3514



SKR
ARQUITETURA
VIVA

Governo quer criar gatilhos do teto de gastos por projeto de lei, diz Maia

Para presidente da Câmara, Executivo foi “incompetente para administrar a agenda fiscal”

Por **Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Fernando Exman** — De Brasília

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

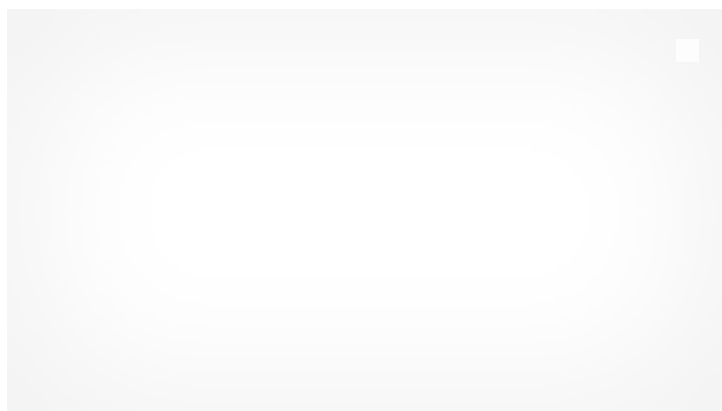
Maia: "Governo foi incompetente para administrar a agenda fiscal. Atraso para tomar decisão impediu votação da PEC"
— Foto: Andre Coelho/Valor - 7/11/2019

Prestes a deixar a presidência da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) promete decidir hoje quem será seu candidato à sucessão, acusa o governo de tentar influenciar na disputa com a oferta de emendas e ministérios para os parlamentares e diz que, se ficar comprovado o uso do Orçamento desta forma, é o caso de crime de responsabilidade.

Maia afirma que sofreu ataques do governo ao longo desses dois anos, mas reitera que o momento, com o recrudescimento da pandemia, não permite nenhuma análise sobre o impeachment do presidente Jair Bolsonaro e diz que trabalhou a favor das pautas que julgava corretas para o Brasil, apesar da relação ruim com o Executivo e com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Dá como exemplo a defesa da criação de gatilhos para o teto de gastos, que seriam incluídos na PEC emergencial para cortar despesas e evitar o crescimento delas acima da inflação, mas que o Senado desistiu de votar. Conta que o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), o procurou para tentar incluir os gatilhos em um projeto de reestruturação da dívida dos Estados que será votado esta semana. "Acho que é inconstitucional, mas eu não vejo problema se o governo quiser apresentar o texto como emenda e discutir, eu sou a favor dos gatilhos", afirma. Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

PUBLICIDADE



PEC emergencial

“O Orçamento de 2021 está muito apertado. O teto de gastos [que proíbe o crescimento das despesas acima da inflação] será corrigido em 2% e a maioria das despesas segue o salário mínimo, que vai dar 5%. Ou seja, haverá aumento de despesa real, que, somado a decisão correta do Tribunal de Contas de que os restos a pagar entrarão no teto, estão projetos mais de R\$ 20 bilhões. Em 2022, por causa do aumento da inflação, o governo deve ter um espaço maior, de R\$ 30 bilhões líquido para investimento, mas para chegar em 2022 tem que sobreviver a 2021. Alertei desde o início que o governo não conseguiria votar a PEC no Senado. Do meu ponto de vista, não por culpa do Senado, mas pelo atraso do governo de ter uma posição em relação ao tema.”

Gatilhos do teto de gastos

“O líder Ricardo Barros me ligou perguntando se eu via algum problema em incluir os gatilhos como emenda no Projeto 101 [reestruturação da dívida dos Estados] e eu falei que não, o governo pode apresentar a emenda. Acho que é inconstitucional, mas pelo menos é uma chance de tentar organizar minimamente o Orçamento. Não nos sobrou outra alternativa a não ser ver qual redação pode ser aprovada e que gere constitucionalidade ao texto, porque é claro que alguns vão ao Supremo. A desorganização de não votar a PEC vai criar necessidade de se pensar caminho mais heterodoxo. Eu não sei qual é o texto, estou deixando o Ricardo construir dentro do governo e trazer a solução para o plenário da Câmara como uma emenda.”

Pauta até o fim do ano

“Tem as medidas provisórias do setor elétrico e da vacina, o Projeto 101, o PLP 137 [permissão para o governo usar dinheiro dos fundos setoriais para pagar as ações de combate à covid-19], a PEC da cota das mulheres no Legislativo e tenho esperança de votar alguma coisa da tributária, mesmo que seja só o projeto de lei do governo, da CBS.”

Autonomia do Banco Central

“Vou negociar com o Ricardo. Se dependesse da minha vontade pessoal, a autonomia seria o primeiro dos projetos, mas acabou de chegar e precisa ser mais discutida. Há os outros temas são mais urgentes, como o PLP 137 para o governo e o 101 para os Estados, e inclusive a CBS. É claro que, transformado em lei, gera

segurança maior, mas de alguma forma já temos um Banco Central autônomo. Vou negociar com o Ricardo [Barros].”

Reforma tributária

“A gente pode dar um primeiro passo, votar a CBS este ano, com mudanças e inclusão de temas da PEC 45 que podem ser por lei, e deixar o relatório pronto para votar a PEC no ano que vem. É o tema mais importante para o setor privado e infelizmente o governo mandou o projeto, mas não deu a importância para a reforma dos impostos sobre bens e serviços e ficou trabalhando muito desoneração, a CPMF. Não teve consenso no que eles gostariam e acabaram prejudicando um grande acordo, até porque a esquerda topa votar a PEC, mas não tem como votar uma emenda constitucional dessas sem a participação do governo.”

Lei de Diretrizes Orçamentárias

“Está marcado para votar dia 16 e vai ser tranquilo aprovar. Não vejo motivo para a esquerda não ter interesse em que os parâmetros do Orçamento do ano que vem não estejam aprovados.”

Agenda liberal continua?

“Espero que sim. Minha tese é que há uma maioria reformista no Congresso. Essa agenda ainda tem alguns anos [pela frente], não apenas de emendas constitucionais, mas também de leis e regulamentações, para que a gente consiga de fato reduzir as desigualdades e garantir igualdade de oportunidades.”

Impeachment

“Coloquei mal no ‘Roda Viva’ [quando disse em agosto que Bolsonaro não tinha cometido crimes que justificassem o impeachment]. Estamos com uma pandemia que voltou a crescer e essa deve ser nossa prioridade. Entendo parte da sociedade que está ficando com muita aflição e raiva do governo pela péssima condução da pandemia, e principalmente agora pelo caso da vacina, mas o processo de impeachment é político e precisa ser tomado com muito cuidado para não tirar o foco da pandemia. São 800 pessoas morrendo por dia, infelizmente. Não há condições para se avaliar esse tema, o que não quer dizer que eu avaliaria nem positivamente nem negativamente. Não considero omissão da minha parte. Em outro ambiente eu não teria problema nenhum em tomar uma decisão, mas agora qualquer decisão minha ia gerar um debate político na Câmara em vez de estarmos

tratando da crise econômica e de saúde pública. Essa é sempre uma decisão no limite, sempre uma decisão política e subjetiva, e ninguém pode decidir impeachment no calor de um conflito.”

Sucessão

“Temos um bloco independente de partidos e escolhendo até amanhã [hoje] nós temos todas as condições de montar a melhor estratégia para chegar a vitória. Não dá para esperar mais tempo. Acho que a nossa estratégia caminha para ser vitoriosa, porque ela olha a Câmara como um espaço mais importante da representação da democracia, da sociedade e de todos os campos da sociedade. Tenho convicção que o candidato que garanta a Câmara independente será vitorioso.”

Relação com o governo

“Espero que o próximo presidente da Câmara mantenha a independência da Casa em relação ao governo e não seja tratado da mesma forma que eu fui tratado. Tenho certeza que o próximo presidente, qualquer um dos quatro que seja escolhido, não vai carregar essa relação que o governo e seu entorno construíram comigo, de muita raiva e de muita agressão por eu não ter feito uma presidência cumprindo as ordens do governo.”

Liberação de emendas

“Espero que o governo volte ao prumo em relação à execução do Orçamento. Se ficar caracterizado que o Orçamento está sendo usado para beneficiar o candidato do governo [à presidência da Câmara], aí sim pode ser um crime de responsabilidade. Se em algum momento isso ficar claro, passa a ser um crime grave por parte do presidente e do seu ministro da articulação política.”

Abin

“Essa questão da Abin [suposta orientação da defesa de Flávio Bolsonaro no processo das rachadinhas, segundo reportagem da revista ‘Época’] é muito grave. O ministro [do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto] Heleno deveria se colocar à disposição do Parlamento já na próxima semana para que ele não tenha o risco de ser convocado. Ele deveria se antecipar. Se ele for rapidamente ao Congresso, ele pode esclarecer e encerrar o assunto.”

Plano de vacinação

“Vamos votar a MP 1003 que trata da vacina esta semana. Vamos tentar construir a maioria para fazer uma regulamentação que dê conforto à sociedade para que todas as vacinas possam e devam ser compradas pelo governo federal. A população está apreensiva. E seria bom o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, se colocar à disposição rapidamente para explicar um documento [divulgado pelo ministério] que tinha cientistas apoiando o plano de vacinação do governo e esses cientistas estão todos dizendo que não participaram da decisão final, que foi encaminhada ao Supremo [Tribunal Federal]. Isso certamente vai enfraquecer a posição do governo no julgamento do STF.”

Ministro Onyx Lorenzoni

“Se ele quer continuar no governo às minhas custas, que ele comece a cuidar dos pobres, dos mais necessitados como eles merecem. A última coisa que ele conhece é a pobreza brasileira. Infelizmente, o Onyx foi muito mal na Casa Civil e é péssimo no Ministério da Cidadania. É uma pena que o Brasil passe por isso. E é uma pena que um político com a experiência dele fique querendo usar o meu nome para não perder o emprego, que é o que parece que vai acontecer nesse processo eleitoral. Parece que um dos ministérios que está à venda [nas negociações da sucessão na Câmara] é o dele. Mas ele é deputado, ele volta. Ele vai ser bem tratado no DEM apesar de toda a incompetência dele. Vamos ver se pelo menos voltando para o DEM, a gente coloca a assessoria do DEM para ajudá-lo a melhorar a qualidade de gestão dele para projetos futuros que ele tenha.”

Ministro Ricardo Salles

“A política ambiental precisa mudar independentemente do nome. Trocar o Salles por outro ministro qualquer não resolve o problema. O que resolve é a compreensão do governo de que a política ambiental está equivocada. Se o governo não tiver essa compreensão, o Brasil vai pagar um preço muito alto. A questão fiscal tem peso na decisão de investimento e a questão ambiental tem cada vez mais peso. Se mudar só o nome não adianta nada.”

Ministro Paulo Guedes

“O governo continua sendo um deserto de ideias. Cada vez pior. O ministro da Economia se perdeu completamente na pandemia, continua perdido e precisa ser encontrado rapidamente. Infelizmente o ministro promete muito e entrega pouco. E

Governo estuda retirada de taxa de capatazia do Imposto de Importação



Encargo representa 1,5% do custo final na taxação, mas equivale a um quarto do governo pretende fazer no tributo

— De Brasília

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo pretende retirar a taxa de capatazia, cobrada pelos portos na movimentação de cargas, da base de cálculo do Imposto de Importação (II). Mais do que o fim de uma distorção que faz do Brasil um provável caso único do mundo, a mudança se alinha com o objetivo do governo de abrir o mercado brasileiro.

Na área técnica, o argumento é que a abertura comercial via cortes no II é uma prioridade. No entanto, esse objetivo convive com uma situação na qual a arrecadação dos tributos sobre a compra de mercadorias no exterior é inflada porque incide sobre essa taxa, com objetivo arrecadatário.

Nas discussões internas, a Receita tem apoiado a alteração, segundo se informa nos bastidores. É uma postura diferente, pois tradicionalmente o órgão se opõe a medidas que reduzam a arrecadação.

Um técnico cita cálculos já divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), segundo os quais a taxa de capatazia encarece as importações em cerca de 1,5%. Esse custo adicional será eliminado com a mudança pretendida pelo governo.

Embora pareça um corte pequeno, ele representa um quarto do corte que o governo pretende fazer nas tarifas de importação. Atualmente, as tarifas estão na casa dos 13%. A diretriz para a abertura comercial é reduzir as alíquotas em aproximadamente seis pontos.

Para os técnicos envolvidos na discussão, a eliminação da taxa de capatazia da base de cálculo do Imposto de Importação terá um efeito correspondente a uma miniabertura comercial. Com a vantagem que, diferente das reduções de alíquotas do II, não precisará passar pelas complicadas negociações com os sócios do Brasil no Mercosul.

Trata-se também de uma política horizontal, que atinge todas as importações.

A ideia é fazer a mudança no início de 2021. Embora a regra atual esteja amparada em uma Instrução Normativa (IN) da Receita Federal, a ideia é retirar a taxa de capatazia da base de cálculo do Imposto de Importação em um instrumento juridicamente superior: uma lei.

Dessa forma, acredita-se, será dada maior segurança jurídica aos importadores.

A CNI pressiona por essa mudança há muitos anos. Argumenta que a forma de cálculo contraria normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o próprio Código Tributário Nacional.

Segundo a CNI, a IN diz que a importação se configura no momento em que a mercadoria é desembaraçada. Portanto, depois que a carga foi movimentada. Daí a inclusão da taxa de capatazia no cálculo.

É uma interpretação diferente daquela da OMC, para quem a importação ocorre quando a mercadoria entra no país. Ou seja, antes mesmo de ela ser movimentada.

Assim, essa a taxa de capatazia não deveria integrar a base de cálculo.

Essas visões diferentes foram objeto de discussão na Justiça. Em 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a taxa de capatazia não deveria, de fato, integrar a base de cálculo do II. Mas, em março deste ano, a corte mudou seu entendimento e autorizou a Receita a cobrar tributos sobre ela.



A decisão diz que o governo pode cobrar dessa forma, mas não diz que é obrigatório, interpreta-se no Ministério da Economia. A cobrança pode ser feita se for considerada conveniente.

A alteração não foi feita antes justamente porque a Receita aguardava a decisão do STJ, informou o secretário. Havia o receio que uma mudança de interpretação influenciasse os rumos do julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Renove as máquinas da sua empresa sem grandes aportes financeiros
POSITIVO CORPORATIVO

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Verticoil e Box Coil Marrom 138x188x58cm
R\$ 899 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Não perca mais tempo e adquira seu kit por apenas R\$299 e ganhe frete grátis
MEN PRIME

LINK PATROCINADO

Este relógio repelente, expulsa os insetos e mosquitos!
RELÓGIO REPELENTE MAXREPELL

LINK PATROCINADO

Muitas mulheres estão usando esta sandália ortopédica veja porque.

Governo desiste de aprovar medidas de ajuste este ano

Ato termina sem que o governo consiga construir uma base política para aprovar medidas indispensáveis de equilíbrio das contas públicas

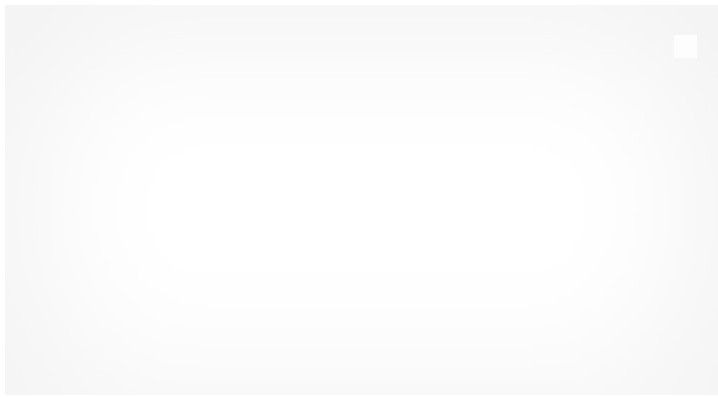
14/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



O pedido de férias do ministro da Economia, Paulo Guedes, já autorizado a partir da terça-feira, é o reconhecimento cabal de que o governo desistiu de aprovar, este ano, as medidas necessárias para o ajuste das contas públicas, indispensáveis para a retomada do crescimento econômico. É como se o governo estivesse dizendo que não resta mais nada a fazer em 2020.

Como se estivesse tudo acertado, no mesmo dia em que foi publicado no Diário Oficial da União a autorização para as férias de Guedes, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que definirá as medidas de ajuste necessárias para sustentar o teto de gasto, a única âncora fiscal do país, anunciou que só apresentará o seu parecer em fevereiro, depois das eleições dos presidentes do Senado e da Câmara.

Antes de dezembro, nada foi aprovado sob a alegação de que não era possível votar medidas de ajuste das contas públicas, necessariamente impopulares, às vésperas das eleições municipais. Agora, o relator diz que não é possível aprovar nada antes da eleição dos presidentes das duas Casas Legislativas. Ele alegou que, dada a complexidade do tema, não houve consenso entre os líderes. Bittar considera que a proposta será melhor debatida no ano que vem, tão logo o Congresso Nacional retome suas atividades “e o momento político se mostre mais adequado”.



É bom lembrar que a PEC agora relatada por Bittar está no Senado desde novembro de 2019. Em mais de um ano, os senadores não conseguiram encontrar “um momento adequado” para votar uma matéria que é fundamental para o futuro da Nação. O pior, ao que parece, é que o adiamento da apresentação da PEC para 2021 não decorreu da “complexidade da proposta” ou da falta de consenso entre os líderes.



Há indicações de que o relatório preliminar apresentado por Bittar aos líderes governistas causou profunda decepção no ministro Paulo Guedes e em sua equipe. Na versão divulgada, o relator desidratou de tal forma a proposta inicial do governo que, ao ser aprovada, ela simplesmente seria de pouca ou nenhuma valia como sustentação do teto de gastos. Aparentemente, ao tomar conhecimento do texto, Guedes preferiu pedir férias.

A primeira coisa que foi excluída do relatório preliminar de Bittar foi a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos, com a correspondente diminuição dos salários, em até 25%, medida considerada indispensável pela área técnica para que Estados e municípios consigam reduzir suas despesas com pessoal e se enquadrem nos limites definidos na legislação.

Desde o seu primeiro pronunciamento como ministro da Economia, Paulo Guedes tem insistido na tese de que é necessário desindexar as despesas orçamentárias, desvincular as receitas da União e desobrigar o gasto - a receita dos três Ds. Mas, neste caso, a culpa não é do relator. O próprio chefe de Guedes, o presidente Jair Bolsonaro, por duas vezes, rejeitou a desindexação das despesas.

Mesmo no caso da redução dos benefícios tributários, a proposta de Bittar excluiu do corte o Simples Nacional, as isenções para entidades beneficentes, filantrópicas e

sem fins lucrativos, os ligados à função de desenvolvimento regional, à Zona Franca de Manaus e a desoneração da cesta básica. Ou seja, a regra que ficou geraria um ganho de receita irrelevante, equivalente a 0,15% do PIB, de acordo com cálculo feito pelo economista Marcos Mendes.

Uma das propostas do governo era extinguir a maior parte dos 281 fundos públicos, direcionando os seus recursos para o abatimento da dívida pública. Na proposta que se tornou pública, o relator estabeleceu que cerca de R\$ 30 bilhões das receitas desvinculadas dos fundos poderiam ser usados para projetos e programas voltados à erradicação da pobreza e investimentos em infraestrutura que visem à reconstrução nacional. Evidentemente, isso só seria possível “furando” o teto de gastos.

O ano acaba, com o ministro da Economia em férias e o país atônito diante da constatação que o governo não consegue construir uma base política que permita a aprovação das medidas indispensáveis ao equilíbrio das contas públicas. Nem sequer o Orçamento para 2021 será aprovado. O Brasil iniciará o próximo ano com um alto grau de incerteza na área econômica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com Intel® Core™ e VAIO®
POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Pajero Sport 2021, 4 you 4 Life
MITSUBISHI

LINK PATROCINADO

Gisele e Bridget falam sobre o filho de Tom
90MIN

LINK PATROCINADO

Homem dá um colar à namorada; dois anos depois ela grita quando percebe o que está dentro

Limite de gastos deveria ser revisto para enfrentar imprevistos

Flexibilização da norma poderia permitir ao país discutir a implementação de um programa de renda básica

Por Ivan Martínez-Vargas, Sergio Matsuura e Stephanie Tondo — O Globo, do Rio

14/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

A emenda constitucional que estipula um teto de gastos para o governo federal precisa ser revista urgentemente para que o país consiga responder a uma segunda onda da covid-19, defende Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics. A regra do teto de gastos limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior.

“Uma vez expirado o decreto de calamidade, passa a valer novamente o teto de gastos, que é a regra fiscal que restringe todos os gastos, em todas as áreas, particularmente na saúde na proteção social”, ressaltou Monica durante o “E Agora, Brasil?”.

“

Defender uma mudança no teto de gastos para dar conta dos desafios e do salvamento de vidas não é incompatível com responsabilidade fiscal”

— Monica de Bolle, economista e pesquisadora

Para ela, a pandemia mostrou que é preciso prever mecanismos de flexibilização em emergências. “O teto de gastos no Brasil está em completo desalinhamento com aquilo que se considera a boa prática internacional. Vários países têm regras que

permitem que os gastos sejam alterados, preveem cláusulas de escape em situações extraordinárias. O que sofremos neste ano é inequivocamente extraordinário, e este teto não é adequado à realidade que atravessamos.”

Monica ressaltou a importância de uma âncora fiscal, mas considera a regra atual excessivamente rígida. Uma flexibilização da norma, disse, poderia permitir ao país discutir a implementação de um programa de renda básica para a população. “A renda básica não é suficiente para resolver nossos problemas, mas é necessária. É preciso pensar em um programa dentro das restrições fiscais que temos.”

Ela fez questão de deixar claro que alterar o teto de gastos não significa ser a favor de irresponsabilidade fiscal: “Defender uma mudança no teto de gastos, para dar conta dos desafios e do salvamento de vidas neste momento, não é incompatível com responsabilidade fiscal”. “Nenhum de nós quer retornar à situação que tínhamos antes da pandemia, de desigualdades crescentes, em que vemos a extrema pobreza e a fome retornando.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com Intel® Core™ e VAIO®

POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Cama Box Mola Bonnel Conjugado 50Cm 138x188x50 Inmetro

R\$ 749 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Entenda por que Nazaré é a maior onda do mundo

REDBULL.COM

LINK PATROCINADO

De tirar o fôlego! Mergulho no buraco mais profundo do mundo

REDBULL.COM

Mudança no cálculo pode agregar R\$ 134,5 bi ao PIB até 2040, projeta CNI

Receita Federal recebeu o trabalho e gostou, diz diretor da entidade

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

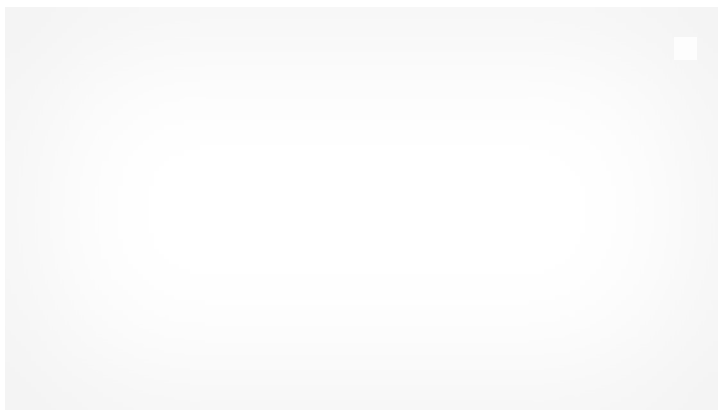
14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A alteração no cálculo da taxa de capatazia poderá acrescentar R\$ 134,5 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2040, aponta estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregue ao **Valor**.

A projeção para o avanço dos investimentos chega a R\$ 53,8 bilhões. A remuneração dos trabalhadores brasileiros será R\$ 83,1 bilhões maior, e a produção avançará R\$ 244 bilhões.

“Esse é um componente do custo Brasil”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi. Ele acrescenta que, se é objetivo do Brasil integrar cadeias produtivas de valor ou mesmo se colocar como uma alternativa à China para o suprimento do mercado internacional, não é possível seguir com um elemento que retira a competitividade dos produtos brasileiros. Itens importantes da pauta de exportação da indústria dependem de componentes importados, diz ele.

PUBLICIDADE



“Isso tira nossa competitividade e a capacidade de ter um produto mais barato”, afirma Abijaodi. “Não é coisa que traga melhora, nem eficiência, nem produtividade.”

O levantamento da CNI não identificou nenhum outro país do mundo, entre os principais que atuam no comércio exterior, em que a taxa de capatazia integre o

valor aduaneiro da mercadoria, informa a gerente de Política Comercial da CNI, Constanza Negri Biasutti.

O problema decorre de um conceito mal formado, diz Abijaodi. Há muitos anos, o setor privado insiste que há um problema de interpretação da norma. E que bastaria à Receita alterar seu entendimento ou editar uma Instrução Normativa para resolver o problema. Não é algo que dependa de alteração na lei e precise passar pelo Congresso Nacional.

O trabalho partiu de dados da movimentação de contêineres coletados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e de receitas de serviços para calcular a arrecadação da taxa de capatazia. A forma de cobrança varia de porto a porto, de produto a produto e depende, inclusive, da negociação entre a empresa e a administração portuária.

A conclusão foi que a taxa recolhe R\$ 3,2 bilhões ao ano.

As federações da indústria da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, Estados dos mais afetados pelo problema, participaram da elaboração do estudo. Também participaram as associações brasileiras da Indústria Química (Abiquim) e da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec).

A partir do valor estimado da taxa de capatazia, foram utilizados modelos para calcular quanto o país perdeu com sua inclusão na base de cálculo dos tributos sobre a importação. A conclusão é que o PIB poderia ter crescido R\$ 19,7 bilhões a mais, no período de 2015 a 2019. Os investimentos poderiam ter sido R\$ 6,9 bilhões maiores no período. A produção teria sido R\$ 28,6 bilhões maior.

Os setores que mais teriam ganho se o cálculo fosse diferente seriam: bens de capital, alimentação, siderurgia e construção, químicos, têxtil e calçados.

O trabalho foi apresentado para a Secretaria da Receita Federal. “Para minha surpresa, eles gostaram”, comentou Abijaodi. A CNI acredita que o estudo será base para as discussões internas sobre o tema.



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

O equilíbrio difícil para 2021

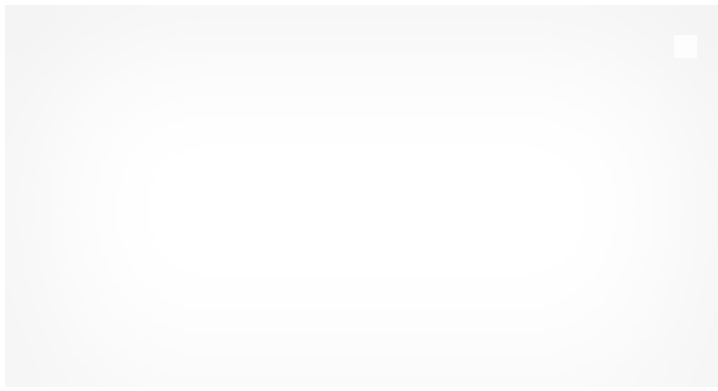
Incerteza fiscal, fim do auxílio e piora da covid afetam cenário para a economia brasileira no ano que vem

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A economia brasileira caminha para entrar em 2021 com o cenário fiscal em aberto, sem o auxílio emergencial e com um quadro de recrudescimento da covid-19. Há dúvidas sobre como ficará o orçamento do ano que vem, com o risco de o teto de gastos não ser respeitado e incertezas quanto ao avanço das reformas para conter a expansão das despesas obrigatórias. Já a retirada abrupta dos estímulos fiscais deverá ter impacto negativo sobre a atividade, num ambiente de desemprego elevado. A evolução recente da doença também preocupa, o que poderá ter impacto negativo sobre a economia.

O Brasil enfrenta uma situação complicada, que exigiria habilidade e liderança do governo para encontrar uma solução razoável. De um lado, houve uma deterioração expressiva das contas públicas em 2020, por causa do aumento dos gastos para combater os efeitos da pandemia e da queda de receitas causada pela recessão. De outro, a perspectiva para o ano que vem é de um corte significativo nas medidas de estímulo, depois de o país ter adotado um pacote de apoio expressivo neste ano.

| Incerteza fiscal, fim do auxílio e piora da covid afetam cenário



Nesse cenário, é preciso indicar claramente a retomada do ajuste fiscal, num país em que o endividamento público deu um salto enorme e tem déficits primários (excluindo gastos com juros) desde 2014. De outro, retirar os estímulos bruscamente, encerrando o auxílio emergencial sem colocar nada no lugar - como um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família -, vai afetar a recuperação da atividade. É um equilíbrio difícil, que esbarra na aversão do presidente Jair Bolsonaro a tomar decisões muitas vezes impopulares.

Em relatório sobre as perspectivas para 2021, o J.P. Morgan diz que o principal assunto para os mercados e a economia brasileira em 2021 é se o governo vai respeitar o teto de gastos. “Com a crise deixando desemprego elevado, seguido agora pela possibilidade de uma segunda onda de casos de covid-19, há pressões para novos estímulos no ano que vem”, escrevem os economistas Cassiana Fernandez, Cristiano Souza e Vinicius Moreira. Para eles, há diversas opções para desatar esse nó: novas transferências de renda sem nenhuma compensação em contrapartida, o que tenderia gerar reações negativas do mercado; novas transferências de renda combinadas à aprovação de reformas fiscais de médio prazo, preservando a credibilidade fiscal; ou o encerramento do auxílio emergencial sem maiores mudanças nas políticas sociais. O ideal seria a segunda opção, uma solução intermediária.

O cenário-base do banco, porém, é que o governo não será capaz de aprovar reformas de médio prazo para acomodar mais gastos no curto prazo e tampouco conseguirá mudar o teto. No entanto, como as despesas obrigatórias continuam a crescer, a pressão sobre o mecanismo que limita a expansão dos gastos da União vai seguir, mantendo dúvidas sobre a sustentabilidade de médio prazo das regras fiscais, avaliam os economistas do J.P. Morgan. Com isso, a discussão sobre reformas que garantam a sustentabilidade das contas públicas continuará a ter

destaque em 2021, com efeitos sobre as expectativas e possivelmente causando volatilidade durante o ano.

Com a premissa de que o teto de gastos será mantido e com o aumento de casos da covid-19 na Europa e nos EUA, o J.P. Morgan vê o PIB brasileiro se enfraquecendo na virada do ano, com aceleração posterior. A economia teria um crescimento de 2,6% em 2021 - para 2020, a estimativa é de uma retração de 4,6%.

Depois de crescer no terceiro trimestre 7,7% em relação ao anterior, feito o ajuste sazonal, o PIB deve perder bastante fôlego no quarto trimestre deste ano e no primeiro trimestre do ano que vem, avalia o J.P. Morgan. Para os três últimos meses de 2020, a projeção é de alta de apenas 1%; para os três primeiros meses de 2021, de queda de 0,5%.

O banco estima que haverá um forte impulso fiscal negativo no primeiro trimestre de 2021, equivalente a 1,9% do PIB, considerando a mudança do resultado primário ajustada pelo ciclo econômico. Esse efeito deverá ocorrer devido ao fim do auxílio e à retirada de outras medidas de crédito, avaliam Cassiana, Souza e Moreira. Na visão do banco, haverá uma recuperação gradual, num cenário em que, além do impulso fiscal negativo, o desemprego vai permanecer elevado. Esse efeito pode ser parcialmente compensado pelo uso da poupança acumulada durante a crise, mas os economistas do J.P. Morgan avaliam que isso não será suficiente para contrabalançar totalmente a retração fiscal, em meio à piora da covid-19.

Ao longo do ano, porém, a situação tende a ser tornar mais positiva, dizem eles. É verdade que o agravamento da pandemia em algumas regiões, especialmente na Europa, deve desacelerar o crescimento global no fim deste ano e no começo do próximo. No entanto, várias opções de vacina estarão disponíveis no início de 2021 e a mobilidade deverá aumentar ao longo do primeiro semestre, uma vez que a vacinação em massa deverá começar nos países desenvolvidos por volta do meio do ano que vem, escrevem os economistas. Com esse cenário externo mais positivo, o J.P. Morgan espera uma retomada da economia brasileira, com a normalização das condições domésticas e a perspectiva de que haja maior disponibilidade de vacinas também no Brasil no fim do ano. Desse modo, haveria uma tendência de melhora moderada ao longo de 2021, liderada pelo consumo das famílias. Os maiores riscos

a esse cenário são um recrudescimento da pandemia que afete a mobilidade e a perda de credibilidade da política fiscal, dizem os economistas do banco.

A condução irresponsável da crise sanitária por Bolsonaro e a falta de um planejamento para a vacinação indicam que essa é uma ameaça de peso para o cenário de crescimento em 2021. No front fiscal, há vários motivos para ceticismo. O presidente se recusa a tomar decisões difíceis e há problemas na articulação política do governo. Se não ficar claro que há um plano de ajuste das contas públicas de médio prazo, há o risco de danos graves para a confiança na política fiscal, o que coloca em xeque a manutenção dos juros baixos. Já o fim do auxílio, sem a adoção de um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família, poderá causar uma desaceleração mais significativa da economia, além de aumentar a pobreza e a desigualdade.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com Intel® Core™ e VAIO®

POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Verticoil e Box Coil Marrom 138x188x58cm

R\$ 899 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Pajero Sport 2021, 4 you 4 Life

MITSUBISHI

LINK PATROCINADO

Não perca mais tempo e adquira seu kit por apenas R\$299 e ganhe frete grátis

MEN PRIME

União gastou R\$ 182 bi com estatais nos últimos 10 anos

Embrapa, Valec, Conab e Infraero foram as que mais receberam recursos

Por Daniel Rittner — De Brasília

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Mac Córd: “É inequívoco que empresas privadas entregam obras mais baratas, de melhor qualidade e em menor tempo” — Foto: Denio Simões/Valor

Nos últimos dez anos, a União injetou R\$ 182 bilhões em aportes de capital nas empresas públicas não dependentes ou em subvenções do Tesouro Nacional nas estatais dependentes. O dado foi levantado pela Secretaria Especial de

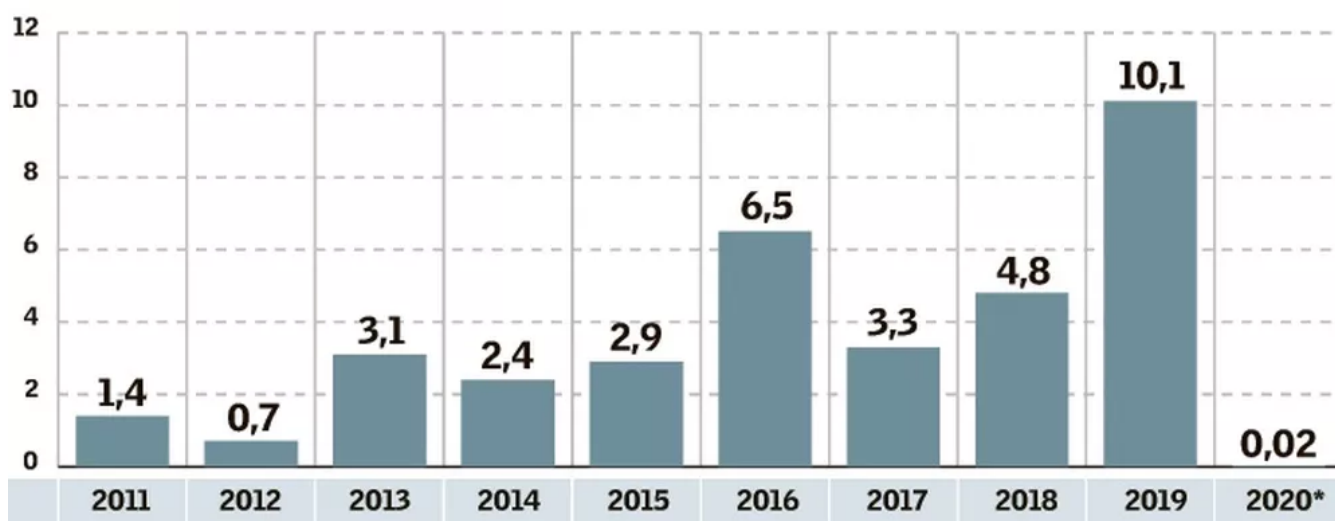
Desestatização do Ministério da Economia, a pedido do **Valor**, e abrange o período de 2011 a 2020.

Estatais dependentes são aquelas com repasses financeiros do ente controlador para o pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital - excluindo recursos provenientes do aumento de participação acionária. Elas levaram R\$ 146,5 bilhões da União nesses dez anos.

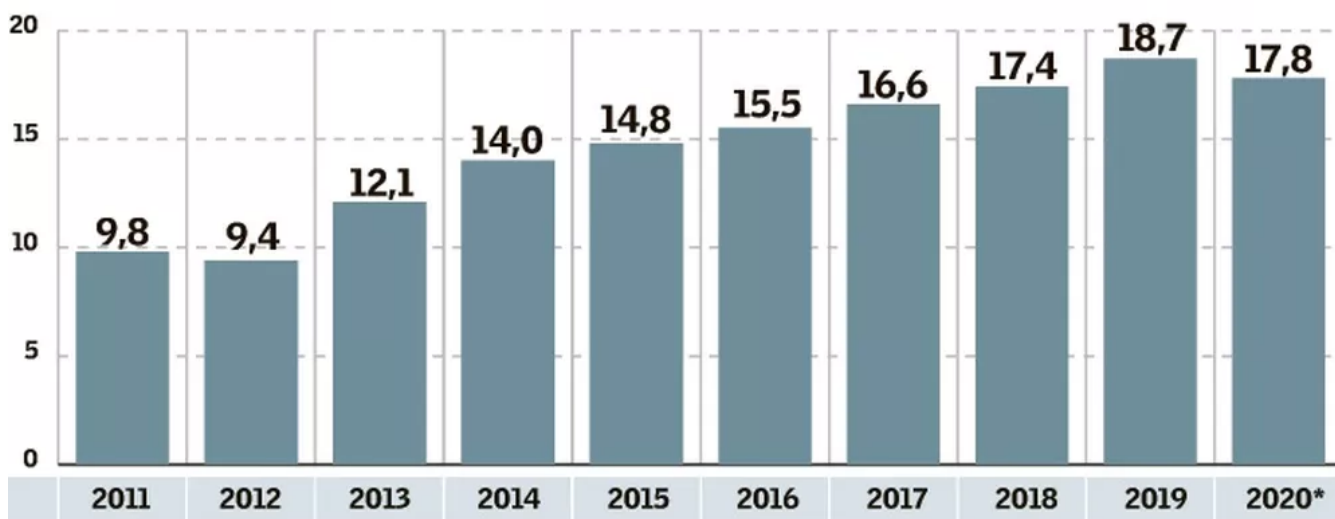
Um preço salgado

Recursos despendidos pela União em empresas públicas

■ Aportes de capital em estatais não dependentes (em R\$ bi)

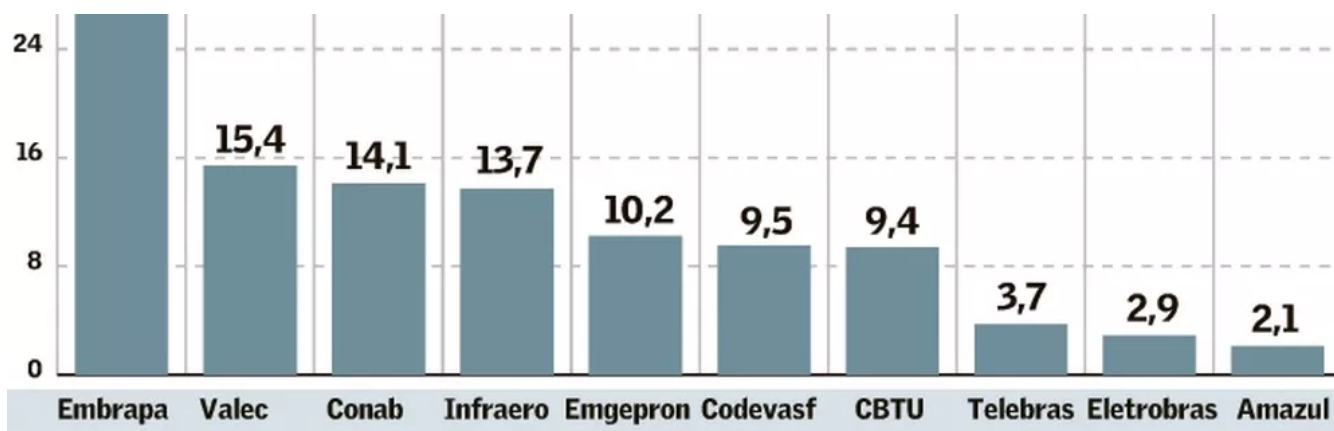


■ Subvenções do Tesouro Nacional em estatais dependentes (em R\$ bi)



■ Quanto receberam algumas empresas nos últimos dez anos (em R\$ bi)

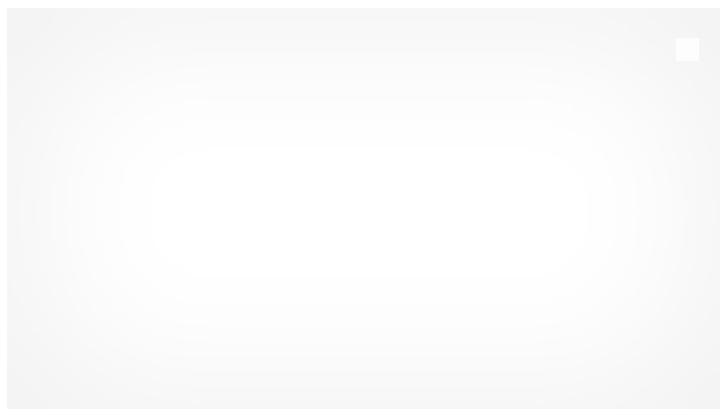




Fonte: Ministério da Economia. * Até 8/12

Empresas públicas não dependentes geram receitas próprias, originadas de suas atividades, e independem do dono para honrar com essas três despesas (pessoal, custeio, capital). Isso não significa, porém, que sempre deem lucro ou que não possam ter capitalizações do governo. De 2011 a 2020, receberam R\$ 35,4 bilhões.

PUBLICIDADE



Algumas das companhias que mais receberam recursos dos cofres públicos no período foram a Embrapa, que faz pesquisa agropecuária (R\$ 29,4 bilhões); Valec, responsável pela construção de novas ferrovias (R\$ 15,4 bilhões); a Conab, encarregada de gerir estoques públicos de alimentos (R\$ 14,1 bilhões); a Infraero, operadora de aeroportos (R\$ 13,7 bilhões); a Codevasf, que promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba (R\$ 9,5 bilhões); a CBTU, que administra trens de passageiros em quatro capitais do Nordeste e em Belo Horizonte (R\$ 9,4 bilhões).

“Não é objetivo do levantamento emitir juízo de valor sobre o custo das estatais. Por ora, o foco é reduzir a assimetria de informações entre o governo e a sociedade para

que ela faça sua avaliação quanto ao custo e ao benefício de cada empresa”, diz o secretário especial de Desestatização, Diogo Mac Cord.

No entanto, o próprio Mac Cord acrescenta em tom crítico: “As empresas estatais foram, no passado recente, utilizadas de maneira bastante duvidosa para simular uma atividade econômica que não existia em investimentos pouco atrativos. Isso causou destruição enorme de valores, muito superiores aos números apresentados como subvenções. É preciso, por exemplo, observar o consumo do patrimônio líquido pela empresa e a destruição de valor ao acionista, no caso das estatais de capital aberto”.

As empresas públicas na área de infraestrutura consumiram recursos por decisões de governo como a manutenção de uma fatia, acionária de 49% da Infraero nos cinco aeroportos concedidos à iniciativa privada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Para ficar com essa participação, enquanto investimentos bilionários eram feitos na ampliação dos terminais, o Tesouro transferiu R\$ 5,6 bilhões à Infraero, que foram usados na integralização de capital das concessionárias privadas.

A Valec aplicou a maior parte dos recursos recebidos na construção de trechos da Ferrovia Norte-Sul, que levou mais de três décadas para ser concluída, e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (BA), ainda em obras. “É inequívoco que empresas privadas entregam obras mais baratas, de melhor qualidade e em menor tempo, do que as empresas públicas”, completa o secretário.

O próprio governo Jair Bolsonaro fez aporte de R\$ 10,2 bilhões na Emgepron, no ano passado, a fim de permitir que ela tivesse recursos suficientes para assinar o contrato de construção de quatro fragatas “Classe Tamandaré” destinadas à Marinha.

Outras estatais que absorveram grandes valores da União foram a Telebras (R\$ 3,9 bilhões); a Eletrobras (R\$ 2,9 bilhões); e a Trensurb (R\$ 2,4 bilhões). O levantamento também inclui a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que gere uma rede de 40 hospitais universitários federais e teve subvenção de R\$ 24,6 bilhões.

Na sexta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) começará a analisar, em sessão virtual, uma ação movida pelo PDT contra a privatização de seis estatais: Casa da Moeda, Serpro, Dataprev, Emgea, Ceitec e ABGF. O partido alega que a venda não pode ser feita por meio de decretos e resoluções, em violação ao princípio constitucional da legalidade, e que é preciso de lei específica. O STF entra em recesso no dia 20 e o julgamento só deve ser concluído em fevereiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com Intel® Core™ e VAIO®

POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Cama Box Mola Bonnel Conjugado 50Cm 138x188x50 Inmetro

R\$ 749 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Pajero Sport 2021, 4 you 4 Life

MITSUBISHI

LINK PATROCINADO

Gisele e Bridget falam sobre o filho de Tom

90MIN

LINK PATROCINADO

Não perca mais tempo e adquira seu kit por apenas R\$299 e ganhe frete grátis

MEN PRIME

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Guedes diz que 'indústria de precatórios' vai 'acabar conosco muito rápido'

VALOR INVESTE



Por Bruno Carazza

Professor do Ibmec, mestre em Economia e doutor em Direito. ... [ver mais](#)

A sobrevivência dos mais gordos

STF perpetua privilégios e contribui para a crise fiscal

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, repousa a escultura “A Justiça”, de Alfredo Ceschiatti. “Repousa”, aliás, é uma boa palavra para descrever o estado da obra do artista belo-horizontino: afinal, são raras as representações artísticas em que a deusa da Justiça está sentada. Mas este não é seu único detalhe simbólico.

Através dos séculos, a deusa romana Iustitia aparece em pinturas e esculturas com três componentes praticamente inseparáveis: a venda nos olhos (destacando a impessoalidade), a balança (fazendo referência à isonomia no tratamento das partes) e a espada (realçando a força para impor o direito sobre todos).

| STF perpetua privilégios e contribui para a crise fiscal

A escultura que simboliza o Judiciário brasileiro, porém, não possui balança - como se por lá não fosse necessário contrabalançar argumentos, sopesar direitos, medir consequências e equilibrar a teoria e a prática.

Há quem justifique a falta do instrumento afirmando que a nossa Justiça foi retratada após ter exercido o seu dever; logo, a balança já teria sido usada, e uma vez proferida a decisão, bastaria ter no colo a espada, para ser utilizada caso não a cumprissem. Ora, então não seria melhor que a Justiça estivesse como a deusa grega Thêmis, de olhos bem abertos para fiscalizar a aplicação de seus mandamentos?

Ceschiatti, um dos artistas recomendados por Oscar Niemeyer para ornamentar a nova capital, esculpiu "A Justiça" em 1961 num bloco monolítico de granito de 3,3 metros de altura e com linhas elegantes e econômicas - características que há bastante tempo passam longe do STF, rachado entre várias correntes e fomentando a irresponsabilidade fiscal.

Duas decisões recentes expõem como os ministros do Supremo Tribunal Federal fecham os olhos para a grave crise econômica que o país atravessa, deixam de equilibrar direitos e deveres e embainham a espada quando se trata de cortar os privilégios da própria magistratura.

Em 1º de dezembro a ministra Rosa Weber deferiu uma liminar determinando que a União deveria avalizar a um empréstimo de mais de US\$ 400 milhões para investimentos do governo do Estado do Espírito Santo. Essa operação havia sido travada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veda a concessão de garantias federais caso entes subnacionais estejam descumprindo os limites prudenciais de gastos com pessoal. No caso do Espírito Santo, era justamente o Poder Judiciário local quem estava gastando além da conta.

Alegando violação ao princípio da intranscendência - em outras palavras, um Poder não poderia ser punido por uma falha de outro - a ministra Rosa Weber esvaziou a LRF, acrescentou mais um ônus ao sobrecarregado Tesouro Nacional e não impôs nenhuma sanção ao Judiciário capixaba por inflar sua folha de pagamentos. Decisões como essa, aliás, são bastante frequentes nas últimas décadas, e podem

ser apontadas como uma das causas para a baixa efetividade da LRF e pelo descontrole orçamentário na maioria dos Estados e municípios.

Pior ainda fez o plenário do STF na semana passada - não, eu não me refiro à decisão sobre a reeleição nas presidências da Câmara e do Senado. Com a exceção solitária do ministro Edson Fachin, que votou contra, a maioria dos ministros considerou inconstitucional parte das Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005 que estabelecia que os juízes estaduais deveriam ter seus vencimentos limitados a 90,25% do que ganham os integrantes do STF.

Novamente, o STF valeu-se de princípios abstratos - no caso, da isonomia e da unidade da prestação judicial - para atropelar normas criadas para manter as contas públicas em dia e evitar distorções. E assim, juízes de todo o país, até mesmo os recém aprovados em concurso, estão definitivamente liberados a ganhar o mesmo que um membro da Suprema Corte. E é bom não esquecer que certamente a decisão terá efeito cascata sobre o Ministério Público e os Tribunais de Contas Brasil afora.

Essa última decisão tomada pelo STF partiu de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) movidas, respectivamente, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages).

A Constituição Brasileira de 1988 tornou-se uma das mais progressistas do mundo ao permitir que não apenas entidades políticas (como os chefes do Executivo, do Legislativo e do Ministério Público, além dos partidos políticos), mas até mesmo confederações sindicais e entidades de classe pudessem provocar o STF para, enquanto guardião da interpretação constitucional, se posicionar se uma lei, em abstrato, fere ou não a Carta Magna do país.

Como acontece com frequência por aqui, avanços logo se transformam em abusos. Ao permitir que entidades privadas tivessem acesso privilegiado às ações mais importantes de nosso sistema processual, o controle abstrato das normas tornou-se fonte concreta de benesses. Não é à toa que, desde 1988, a AMB figura como o grupo privado que mais acionou o Supremo para questionar a constitucionalidade

de leis - foram 151 vezes, boa parte delas relativa à defesa dos interesses de seus associados. A Anamages, por sua vez, propôs outras 45 ADIs.

No porto de Ringkøbing, uma cidade com menos de 10 mil almas no centro da Dinamarca, encontra-se a escultura de um homem esquelético carregando nos ombros uma mulher bastante obesa. A mulher tem os olhos fechados e carrega nas mãos uma balança desequilibrada - desnecessário dizer a quem ela faz alusão.

Feita em bronze, com 3,5 metros de altura, “Sobrevivência do mais Gordo” (“Survival of the Fattest”) é uma obra dos artistas dinamarqueses Jens Galschiøt e Lars Calmar, inaugurada em 2002. Na sua base, há a seguinte inscrição: “Estou sentada nas costas de um homem. Ele está afundando sob o fardo. Eu faria qualquer coisa para ajudá-lo. Menos descer de suas costas”.

Nada mais exemplificativo sobre o Poder Judiciário brasileiro e a atuação de sua cúpula.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com VAIO®
POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Verticoil e Box Coil Marrom 138x188x58cm
R\$ 899 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Entenda por que Nazaré é a maior onda do mundo



Por **Gustavo Loyola**

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997... [ver mais](#))

Brasil flerta com o desastre fiscal

Ausentes medidas de ajuste estrutural, o desempenho da economia em 2021 continuará a ser pífio

14/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

No comunicado divulgado pelo Banco Central após a última reunião do Copom, a instituição alertou que “um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco”. Declarou ainda que “o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária”.

Trata-se de mais uma advertência, desta feita vinda da Autoridade Monetária, de que a situação fiscal brasileira está exigindo resposta imediata. Lastimavelmente, com raras exceções, os políticos eleitos parecem que continuam subestimando os riscos fiscais que rondam o Brasil e que, se materializados, poderão jogar o país numa crise econômica de repercussões potencialmente desastrosas para a sociedade. Falta apoio, na classe política, a iniciativas para eliminar o déficit estrutural das contas públicas, ao tempo em que sobram apoios a iniciativas que aumentam o gasto público ou estendem benesses tributárias a grupos de contribuintes.

Ausentes medidas de ajuste estrutural, o desempenho da economia em 2021 continuará a ser pífio

PUBLICIDADE



Após o esforço fiscal durante a pandemia da covid-19, as contas públicas encontram-se fragilizadas. Segundo cálculo da IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado Federal, os gastos do governo federal com a pandemia devem atingir 7% do PIB em 2020, elevando o déficit primário neste ano para 10,9% do PIB. Como consequência, ainda de acordo com projeções mais recentes da IFI, a dívida bruta do setor público chegará a cerca de 93 % ao fim deste ano, nível extremamente elevado para uma economia emergente. Vale notar que o crescimento da dívida somente não será maior porque a derrubada da taxa Selic pelo Banco Central amorteceu a carga das despesas de juros em 2020.

Até o momento em que escrevo este artigo, nada estava acertado entre o Congresso Nacional e o Executivo a respeito do Orçamento de 2021. Não há ainda meta para o resultado primário, sequer tendo sido votado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que deveria servir - como o próprio nome diz - como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Tudo indica até que o governo já desistiu de ver aprovada a LOA ainda este ano. Cabe recordar que o Executivo, ao encaminhar o projeto da LDO em abril passado, inovou para pior ao criar uma espécie de meta variável para o primário em 2021, alegadamente por causa das incertezas derivadas da covid-19.

Além disso, está praticamente paralisada a tramitação das iniciativas de ajuste estrutural das contas públicas propostas pelo governo em novembro do ano passado, como é o caso da PEC da Emergência Fiscal. E quando há algum “sinal de fumaça” vindo do Congresso, normalmente é na direção de diluir o impacto

pretendido com as iniciativas de ajuste. É o caso, por exemplo, da discussão sobre a PEC emergencial no Senado, em que o parecer divulgado por seu relator prevê uma economia fiscal muitíssimo abaixo das expectativas iniciais.

As medidas citadas, se aprovadas de forma íntegra, flexibilizariam a execução do Orçamento, abrindo espaço para a redução dos gastos obrigatórios, viabilizando o cumprimento do teto de gastos e o aumento do investimento público. Sem essa flexibilização, vale insistir, o teto de gastos logo será letra morta e as dúvidas sobre a sustentabilidade do endividamento público aumentarão.

Desse modo, a entrada em 2021 com incertezas sobre o cumprimento do teto de gastos e da obtenção de um resultado fiscal que aponte para a redução do endividamento do setor público num horizonte de tempo razoável pode levar a dificuldades crescentes para a recuperação da economia. Em especial, as incertezas no campo fiscal podem influenciar a trajetória da taxa de câmbio, depreciando a moeda nacional e colocando pressão sobre a inflação, além de dificultar o financiamento da dívida pública. Cabe notar que o risco fiscal já está afetando a estrutura a termo das taxas de juros, assim como provocado o encurtamento do prazo médio da dívida pública federal em mercado.

Além dos aspectos relacionados ao equilíbrio orçamentário, a agenda fiscal relevante abrange também a reforma tributária. Há um profundo desentendimento entre o Congresso e o Legislativo sobre o que deve ser feito a respeito, sinalizando que muito provavelmente não teremos avanços substanciais no tema nos próximos meses.

É uma má notícia já que as disfuncionalidades do nosso sistema tributário são responsáveis maiores pela inexistência de um ambiente de negócios no Brasil que permita a alocação eficiente de capital, fator primordial para o crescimento da produtividade e do PIB.

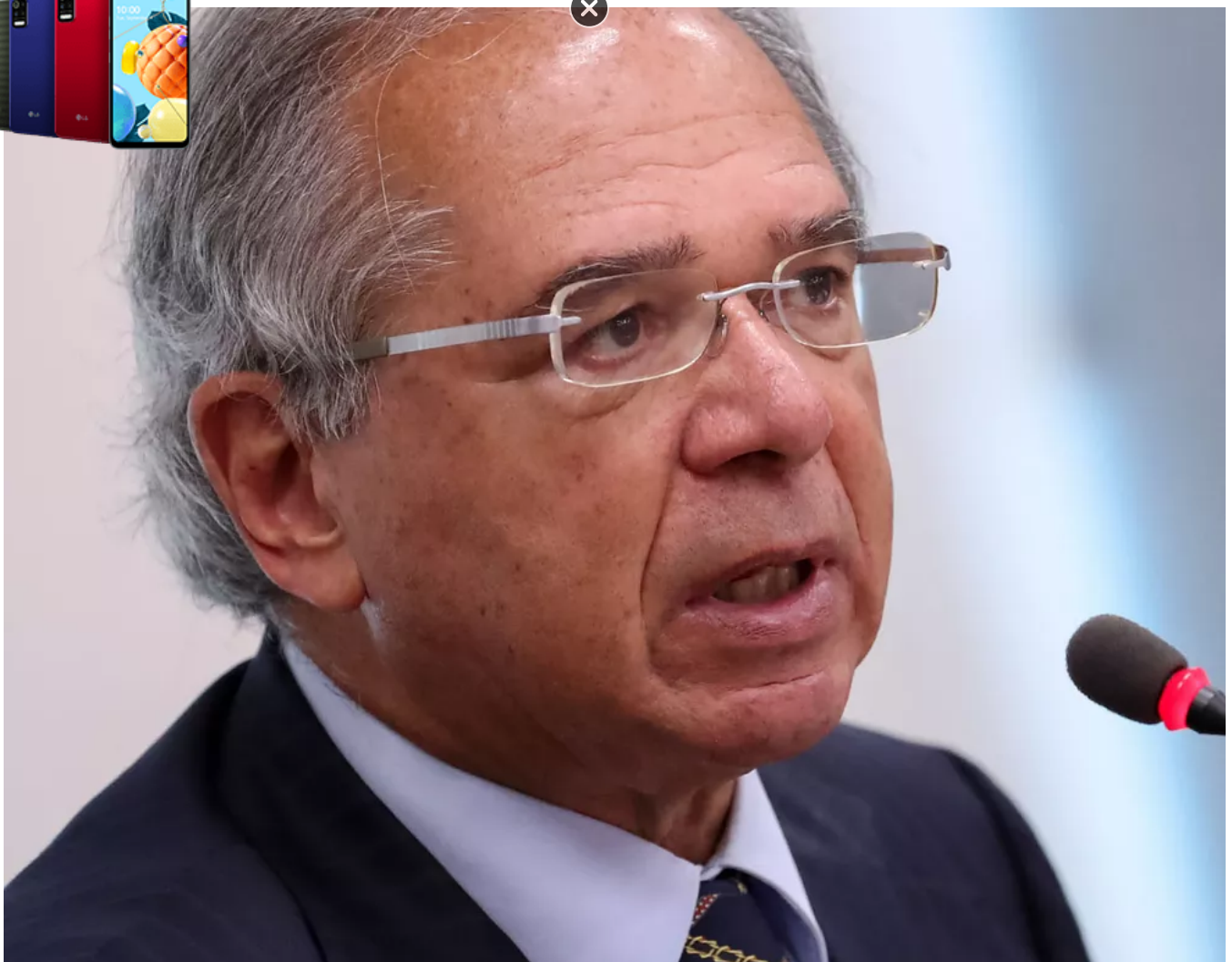
O Brasil já está perdendo o impulso de crescimento trazido pelo bônus demográfico e passa a depender cada vez mais do aumento da produtividade para acelerar o crescimento econômico. Ausentes medidas de ajuste estrutural, o desempenho da economia em 2021 e nos anos futuros continuará a ser pífio.

Com relatório adiado, governo quer retomar texto do ajuste fiscal

Ideia é aproveitar e reintroduzir trechos retirados pelo relator para apressar aprovação

Por Edna Simão, Fabio Graner, Mariana Ribeiro e Estevão Taiar — De Brasília


14/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



O ministro Paulo Guedes: relator desistiu de apresentar texto este ano porque “conturbação está grande” — Foto: Marcos Corrêa/PR

Com o adiamento da apresentação do relatório das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) do ajuste fiscal (Pacto Federativo, Emergencial e dos Fundos) para o ano que vem, a equipe econômica acredita ter uma chance para reintegrar ao texto do relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), pontos que seriam retirados para possibilitar a aprovação da matéria ainda neste ano.

“Acredito que a situação externa [referindo-se ao mercado, recrudescimento da pandemia de covid-19] vai pressionar por algo mais radical. Dois meses são importantes pois muita coisa vai acontecer”, informou um interlocutor da área econômica. “Melhor abortar e começar tudo de novo sob nova gestão. Estava ficando perigoso”, disse outro técnico da área econômica. Uma terceira fonte da área econômica afirmou que o adiamento acabou se tornando uma “boa sinalização” porque o relatório que seria apresentado teria pouco efeito para ajudar no cumprimento do teto de gastos.

Na sexta-feira, após várias promessas de  apresentação de relatório mais enxuto do que o que o governo gostaria e uma minuta vazada, Bittar decidiu apresentar seu relatório para os três textos em fevereiro, após a eleição dos comandos da Câmara e do Senado.

“Eu espero que em fevereiro a gente consiga apresentar uma coisa melhor, mais robusta. Ficou para fevereiro. Eu espero que lá em fevereiro existam melhores condições para um relatório mais robusto”, disse Bittar por meio de nota na sexta-feira. Ele não detalhou o que significaria um relatório mais robusto.

A minuta vazada do relatório de Bittar retirava do texto ações mais fortes de redução de gastos que estavam originalmente previstas, como a redução em 25% dos salários e da jornada de servidores, que geravam uma economia superior a R\$ 25 bilhões em dois anos. Também não constava no texto a controversa desvinculação de recursos da saúde e educação e a criação do programa Renda Cidadã. O foco do relatório de Bittar seria a redução de benefícios tributários e de subvenções de crédito, o que foi vista como uma proposta aquém do desejável devido as várias exceções criadas.

Os técnicos da área econômica ouvidos pelo **Valor**, disseram que o “jogo estava pesado” no Congresso Nacional e o Ministério da Economia negociando uma flexibilização muito grande nas PECs do ajuste fiscal. “Não era a hora. Chegamos a conclusão que primeiro é melhor definir o quadro político [eleição do comando da Câmara e Senado]. Estamos interessados em aprovar, mas conformados com o adiamento”, reforçou uma fonte do Ministério da Economia.

A avaliação era que o texto estava ficando “ruim” e estava deixando dúvidas entre os técnicos sobre a possibilidade de questionamento jurídico futuro para excepcionalizar e algumas despesas do teto de gasto. Além disso, o entendimento era de que dá forma que estava a contribuição para o cumprimento do teto do gasto é praticamente nula.

Uma nota técnica sobre a minuta vazada feita pelo pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes, mostra que a proposta é positiva no sentido de não ter tentativa de furar o teto de gastos e conter medidas de ajuste fiscal para o âmbito federal e para estados e municípios. Mas, no caso do governo federal, as ações são insuficientes para garantir o cumprimento do teto de gastos em 2021 e podem gerar situações que agravem o desequilíbrio fiscal.

“O impacto fiscal, contudo, só se dará a partir de 2022, pois esses gatilhos já foram acionados pela Lei Complementar 173 até o final de 2021. Não há, portanto, redução adicional de despesas para 2021. Para 2022 a ordem de grandeza do impacto desses gatilhos é próxima a R\$ 5 bilhões de reais, o que está longe de resolver o montante de pressões sobre o teto que já supera os R\$ 20 bilhões”, explica o pesquisador na nota técnica.

Na sexta-feira, o adiamento da entrega do relatório foi motivo para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se alfinetassem. Em audiência pública na comissão mista do Congresso que acompanha as ações de combate à pandemia, Guedes se mostrou irritado com o comentário irônico feito por Maia, que disse que levaria um bolo de aniversário para a Câmara a fim de comemorar o envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial ao Congresso.

“Como ele [Maia] tem feito algumas cobranças de pautas públicas, vamos conversar publicamente sobre isso”, disse. “Por que não aprovou ainda [a PEC do] pacto federativo? O bolo tem que ser entregue na casa dele”, afirmou o ministro. Guedes disse que Bittar desistiu de apresentar o relatório neste ano porque a “conturbação está tão grande que prefere jogar para frente”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O Villa chegou no Litoral Norte

VILLA GLOBAL EDUCATION



LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Verticoil e Box Coil Marrom 138x188x58cm

R\$ 899 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Cão fixa os olhos na mesma parede por dias — dono instala câmera e entra em choque ao ver o motivo

TRENDSCATCHERS

LINK PATROCINADO

Empodere sua empresa com VAIO®

POSITIVO EMPRESAS

LINK PATROCINADO

Não perca mais tempo e adquira seu kit por apenas R\$299 e ganhe frete grátis

MEN PRIME

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Demanda global de passageiros do setor aéreo cai 70,6% em outubro, diz lata

VALOR INVESTE

Serasa prorroga feirão para limpar nome sujo até 21 de dezembro